



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XX — N.º 127

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 1965

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDÊNCIA

#### SESSAO CONJUNTA

Em 14 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

#### ORDEM DO DIA

##### Vetos Presidenciais:

- 1º — ao Projeto de Lei nº 2.722-65 na Câmara e nº 104-65 no Senado, que disciplina o mercado financeiro e de capitais e estabelece medidas para seu desenvolvimento.
- 2º — ao Projeto de Lei nº 2.704-B-61 na Câmara e nº 38-63 no Senado, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.

#### ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

##### Primeiro veto

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Do § 6º do art. 45, as palavras: "sem direito a voto, nem as".
2	1º	Do § 4º do art. 50, as palavras: "ou ao portador".
3	1º	§§ 5º, e 7º do art. 50 (totalidade)
4	1º	§ 2º do art. 56 (totalidade).
5	1º	Do art. 60, as palavras: "mantém ou".
6	1º	Do § 1º do art. 64, a parte final: "mas o imposto que sobre ela incidir será compensável com o imposto de pessoa jurídica devido pela sociedade sobre o seu lucro real".

##### Segundo veto

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
7	2º	Totalidade do projeto.

#### SESSAO CONJUNTA

Em 15 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

#### ORDEM DO DIA

##### Vetos Presidenciais:

- 1º — ao Projeto de Lei nº 2.740-E-65 na Câmara e nº 82-65 no Senado, que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências (veto parcial);
- 2º — ao Projeto de Lei nº 2.661-A-65, na Câmara e nº 96-65 no Senado, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e atividades afins e dá outras providências (veto parcial);
- 3º — ao Projeto de Lei nº 2.661-A-65 na Câmara e nº 46-65 no Senado, que isenta do imposto de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar (veto parcial).

#### ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
<b>Primeiro veto</b>		
1	1º	Do art. 2º as palavras: "desde que defensores de diploma de curso superior".
<b>Segundo veto</b>		
2	2º	Do § 1º do art. 21 as palavras "dentre aqueles de que trata o item III do art. 16".
<b>Terceiro veto</b>		
3	2º	§ 2º do art. 21 (totalidade)
4	3º	Art. 6º (totalidade).

#### SESSAO CONJUNTA

Em 16 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

#### ORDEM DO DIA

##### Vetos Presidenciais parciais:

- 1º — Ao Projeto de Lei nº 2.663-B-65 na Câmara e nº 53-65 no Senado, que altera dispositivo da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências;
- 2º — ao Projeto de Lei nº 2.640-E-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências;
- 3º — ao Projeto de Lei nº 2.839-B-65 na Câmara e nº 125-65 no Senado, que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei número 4.090, de 13 de julho de 1962.

#### ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
<b>Primeiro veto</b>		
1	1º	Do art. 3º a palavra: "adicional";
2	1º	Do art. 3º, as palavras: "o imposto de";
3	1º	Do art. 3º as palavras: "durante o exercício de 1965".
<b>Segundo veto</b>		
4	2º	Art. 7º (totalidade).
<b>Terceiro veto</b>		
5	3º	Parágrafo único do art. 1º (totalidade).

**Convocação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial**

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 10, § 3º da Constituição e do art. 1º, IV do Regimento Comum, convoca a sessão conjunta a realizar-se no dia 13 de setembro do ano em curso às 21 horas e 30 minutos no Plenário da Câmara dos Deputados para sem prejuízo da matéria para ela já programada a apreciação dos seguintes vetos presidenciais:

- + ao Projeto de Lei nº 288-B-63 na Câmara e nº 233-64 no Senado que equipara os atleas profissionais aos trabalhadores autônomos para efeito das contribuições da Previdência Social;
- + ao Projeto de Lei nº 2 839-B-65 na Câmara e nº 123-65 no Senado que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090 de 13 de julho de 1962.

Senado Federal, 17 de agosto de 1965

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente

**Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais**

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 10, § 3º da Constituição Federal e do art. 1º, IV do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para em sessões conjuntas a realizarem-se no Plenário da Câmara dos Deputados aos dias 10, 11, 12, 17, 18, 19, 24, 25, 26 e 31 do mês em curso 1, 2, 8, 9, 14, 15 e 22 de setembro próximo, conhecerem dos vetos presidenciais constantes da relação anexa.

Senado Federal, em 4 de agosto de 1965,

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente

**VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS A PARTIR DE 10 DE AGOSTO DE 1965**

Dia 14 de setembro, às 21:30:

- + ao Projeto de Lei nº 2.287-B-60 na Câmara e nº 7-64 no Senado, que cria uma Escola de Educação Agrícola no Município de João Pinheiro Estado de Minas Gerais (veto total);
- + ao Projeto de Lei nº 2 593-D-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado que complementa a Lei nº 3 917 de 14 de julho de 1961, que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores (veto parcial);
- + ao Projeto de Lei nº 2 707-B-65 na Câmara e nº 73-65 no Senado que dá nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 3 328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares) — veto parcial;

Dia 16 de setembro, às 9:30:

- + ao Projeto de Lei nº 7-65 (C.N.) que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos e dá outras providências (veto parcial);

Dia 15 de setembro, às 21:30:

- + ao Projeto de Lei nº 2.740-E-65 na Câmara e nº 82-65 no Senado, que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências (veto parcial);
- + ao Projeto de Lei nº 2.661-A-65 na Câmara e nº 86-65 no Senado, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e atividades afins e dá outras providências (veto parcial);
- + ao Projeto de Lei nº 2.660-B-65 na Câmara e nº 46-65 no Senado, que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médica hospitalar (veto parcial);
- + ao Projeto de Lei nº 2.640-E-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências (veto parcial);

Dia 22 de setembro, às 21:30:

- + ao Projeto de Lei nº 3.291-C-61 na Câmara e nº 261-64 no Senado que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário e de agenciador de propaganda e dá outras providências (veto parcial);

**Designação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial**

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 10, § 3º, da Constituição e do art. 1º, IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se no dia 14 de setembro do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.704-61 (nº 38-63, no Senado), que regula as atividades de representante comercial autônomo, sem prejuízo da matéria para ela já programada.

Senado Federal, em 26 de agosto de 1965.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

**CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA RECEBER A VISITA DE CHEFE DE NAÇÃO ESTRANGEIRA**

O Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 1º, § 1º, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 10 do mês em curso, às 17 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, receberem, solenemente, a visita de Sua Excelência o Senhor Giuseppe Saragat, Presidente da República Italiana.

Brasília, 2 de setembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

**EXPEDIENTE**  
**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

**ASSINATURAS****REPARTIÇÕES E PARTICULARES****FUNCIONARIOS****Capital e Interior****Capital e Interior**

Semestre ..... Cr\$ 50,

Semestre ..... Cr\$ 89,

Ano ..... Cr\$ 96

Ano ..... Cr\$ 78,

**Exterior****Exterior**

Ano ..... Cr\$ 135,

Ano ..... Cr\$ 108,

— Exceções para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

**CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA RECEBER A VISITA DE CHEFE DE NAÇÃO ESTRANGEIRA**

O Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 1º, § 1º, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 14 do mês em curso, às 11 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, receberem, solenemente, a visita de Sua Alteza o Grão-Duque de Luxemburgo.

Brasília, 2 de setembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

**SENADO FEDERAL****ATA DA 137ª SESSÃO, EM 9 SETEMBRO DE 1965****3ª Sessão Legislativa da 5ª Legislatura****PRESIDÊNCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA**

As 14 horas e 30 minutos  
Acham-se presentes os Srs. Senadores:

Goldwasser Santos.  
Oscar Passos.  
Arthur Virgílio.  
Martins Junior.  
Moura Palha.  
Manoel Dias.  
Menezes Pinheiro.  
José Bezerra.  
Pessoa de Queiroz.  
Ernirio de Moraes.  
Heribaldo Vieira.  
Júlio Leite.  
José Leite.  
Eduardo Catalão.  
Eurico Rezende.  
Raul Giuberti.  
Nogueira da Gama.  
José Feliciano.  
Atílio Fontana.  
Guido Mondin (20).

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número legal declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

**EXPEDIENTE****MENSAGEM**

Do Sr. Presidente da República nos seguintes termos:

**MENSAGEM DO R. PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

(de 6 do mês em curso)

Nº 375-65 (nº de origem 707-65) — Agradece a remessa de autógrafo do Decreto Legislativo nº 83, de 1965;

Nº 376-65 (nº de origem 708-65) — Agradece a comunicação referente à aprovação do veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 34-65 que concede pensão aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seu mandatos cassados, dos servidores públicos e dos empregados de sociedade de economia mista demitidos em decorrência do Ato Institucional e dá outras providências.

## MENSAGEM

Nº 377, de 1965

(Nº 715, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Na forma do art. 22, § 2º da Lei número 4.595, de 31 de dezembro de 1964, tenho a honra de submeter a Vossas Excelências a indicação do Senhor Obregon de Carvalho para o cargo vago de Membro do Conselho Nacional de Economia.

Brasília, em 8 de setembro de 1965.  
— H. Castello Branco.

## CURRICULUM VITAE

## OBREGON DE CARVALHO

Data de nascimento — 4.7.1924.

Local — Carmo do Parnaíba (MG).

Filiação — Enéas Carvalho e Zaneta Sabino Carvalho.

Residência — Avenida Almirante Alexandrino nº 391 — Belo Horizonte (MG).

Curso Primário — Grupo Escolar do Carmo do Parnaíba (MG).

Curso Ginásial — Ginásio Dom Lústosa de Patrocínio (MG).

Curso Colegial — Colégio Marconi de Belo Horizonte (MG).

1 — Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 1949.

2 — Diplomado pelo Curso de Treinamento em Programação do Desenvolvimento Econômico, da CEPAL, em 1955.

3 — Aprovado em concurso para Livre Docente, da Cadeira de Valor e Formação de Preços da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, em 1954.

4 — Diplomado no Curso de Doutorado, setor de Economia, da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais.

5 — Economista provisionado pelo Conselho Federal de Economistas Profissionais, em 1959.

6 — Assistente de Ensino, da Cadeira de Valor e Formação de Preços da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, no período 1950-1955.

7 — Regente da Cadeira de Comércio Internacional e Câmbio, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, no primeiro semestre de 1956.

8 — Professor de Economia do "Curso Rio Branco" do Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, em 1957.

9 — Catedrático em exercício, da Cadeira de Valor e Formação de preços, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, no período 1958-1961.

10 — Catedrático em exercício, da Cadeira de Promoção Econômica, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, no período 1962-1963.

11 — Catedrático em exercício, da Cadeira de Profitos de Inversão, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, de 1964 até a presente data.

12 — Técnico de Pesquisas do Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, no período 1951-1956.

13 — Economista-Chefe do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento, no período 1958-1957.

14 — Chefe do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências

Econômicas da Universidade de Minas Gerais, em 1960.

15 — Chefe do Departamento de Estudos Econômicos da Associação Comercial de Minas Gerais, em 1960.

16 — Presidente da Comissão de Salário Mínimo, região de Minas Gerais, em 1951.

17 — Chefe do Departamento de Produção e Estatística do Banco de Minas Gerais S. A., no período 1958-1961.

18 — Diretor do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais S. A., de 1962 até a presente data.

19 — Presidente do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais S. A., em 1964.

20 — Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, em 1963. (Fo. organizador deste Banco).

21 — Presidente da Mercaminas S.A. — Crédito, Financiamento e Investimentos, no momento.

22 — Membro suplente da Junta Governativa do FINAME, no momento.

23 — Relator-Geral da Reunião das Classes Produtoras, no Rio de Janeiro, no princípio do corrente ano.

24 — Membro do Conselho de Desenvolvimento de Minas Gerais, no período de 1962-1963.

25 — Diretor atual da Associação Comercial de Minas Gerais.

26 — Autor de artigos, conferências e trabalhos publicados na imprensa, em revistas especializadas e livros.

## A Comissão de Economia.

## RESPOSTA A PEDIDO DE INFORMAÇÕES

Aviso nº 1.360, de 31 de agosto, do Sr. Ministro da Educação e Cultura, sobre o Projeto de Lei nº 151-64, que autoriza o recebimento, em doação, pelo Governo Federal, do patrimônio da Sociedade Paulista de Medicina.

AVISO-GB 376, de 3 do mês em curso, do Sr. Ministro da Fazenda — Solicita a restituição do Processo MF 117.835-64, que acompanhou a Mensagem nº 553-64, que deu origem ao Projeto de Lei da Câmara nº 280-64.

## OFÍCIOS

Do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafo dos seguintes projetos:

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 173, de 1965

(Nº 2.999-B-65 NA ORIGEM)

Concede isenção de impostos para importação de bens destinados ao desenvolvimento da indústria mecânica de precisão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir da vigência desta Lei, isenção dos impostos de importação e consumo, para a importação de equipamentos de produção, com os respectivos acessórios, ferramentas e instrumentos destinados à fabricação de produtos da indústria mecânica fina, de precisão, cujos projetos industriais tenham sido aprovados pelo Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas (GEIMEC), da Comissão de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio.

§ 1º Para os fins desta Lei, a expressão "mecânica fina, de precisão" compreende as atividades que têm por objetivo a fabricação de artefatos mecânicos, de elevado conteúdo tecnoló-

gico, que exijam alto padrão de especificações, quanto a tolerâncias de medidas e de qualidade.

§ 2º A isenção de que trata este artigo não abrange a taxa de despacho aduaneiro, nem se aplica ao material com similar nacional registrado.

§ 3º A isenção prevista nesta Lei estende-se aos materiais destinados à execução de projetos industriais aprovados pelo Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas (GEIMEC) e que tenham sido desembarcados nas Alfândegas, mediante assinatura de termo de responsabilidade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

## A Comissão de Finanças.

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 174, de 1965

(Nº 3.054-B-65, NA ORIGEM)

Dispõe sobre o Serviço Nacional de Recenseamento e de outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Serviço Nacional de Recenseamento (SNB) fica instituído como órgão de natureza permanente, integrado na estrutura do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Art. 2º Ao Serviço Nacional de Recenseamento compete:

I — Realizar os Recenseamentos Gerais do Brasil, nos anos de milésimo zero, compreendendo os Censos Demográficos (População e Habitação) e Econômicos (Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços);

II — Realizar os Censos, em prazo conveniente, as variações das estruturas econômicas do País, nos intervalos entre os Recenseamentos Gerais;

II — Realizar os inquéritos complementares e levantamentos especiais que forem julgados necessários pelo IBGE ou a este solicitados pelo Governo Federal;

IV — Prestar assessoramento técnico e, quando solicitado, promover a execução, mediante convênios que assegurem o ressarcimento das despesas a serem efetuadas, de levantamentos censitários restritos ou específicos, considerados necessários por órgãos governamentais, federais, estaduais ou municipais;

V — Atender, mediante convênio que assegurem o ressarcimento das despesas a serem efetuadas, às solicitações de processamento de dados, dos outros órgãos governamentais ou entidades particulares, respeitada a prioridade das operações censitárias e dos de mais órgãos do IBGE.

Art. 3º A fim de assistir à execução das apurações de Recenseamento Geral de 1960, fica mantida a Comissão Censitária Nacional, de que trata o Decreto-lei nº 960, de 21 de dezembro de 1938, e os Decretos 44.29, de 31 de julho de 1938, e 52.306, de 26 de julho de 1963.

Art. 4º O Serviço Nacional de Recenseamento terá a seguinte organização básica:

I — Diretoria Geral.

II — Diretoria Técnica.

III — Divisões e Serviços.

IV — Tesouraria.

Art. 5º O Serviço Nacional de Recenseamento será dirigido por um Diretor-Geral, nomeado, em comissão, pelo Presidente do IBGE.

Parágrafo único. O Diretor-Geral será assistido por um Gabinete;

Art. 6º A Diretoria Técnica e as Divisões terão Diretores nomeados, em comissão, pelo Presidente do IBGE; os Serviços e a Tesouraria terão chefes designados pelo Diretor-Geral.

Parágrafo único. Os Serviços poderão desdobrar-se em unidades menores, que serão previstas no Regulamento do Serviço Nacional de Recenseamento.

Art. 7º Dentro de 60 (sessenta) dias, a partir da vigência desta Lei, o Serviço Nacional de Recenseamento encaminhará ao Presidente da República, para aprovação, mediante decreto, o seu Regulamento, fixando a respectiva estrutura orgânica.

Art. 8º O Serviço Nacional de Recenseamento terá Quadro de Pessoal próprio, vinculado ao IBGE, aprovado pelo Presidente da República.

Parágrafo único. O Quadro a que se refere este artigo será organizado obedecendo ao sistema de classificação de cargos instituído pela Lei número 3.730, de 12 de julho de 1960, com as alterações introduzidas pela Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, inclusive com as ressalvas do art. 56, in fine, da Lei nº 3.730, de 12 de julho de 1960.

Art. 9º Os funcionários, que, na data da publicação desta Lei, se encontrarem em exercício no Serviço Nacional de Recenseamento, poderão optar pelo ingresso no Quadro de que trata o artigo anterior.

§ 1º Poderão, igualmente, exercer funções idênticas os funcionários dos demais Quadros de Pessoal do IBGE, desde que tenham prestado, pelo menos, 3 (três) anos de serviço no órgão central censitário.

§ 2º A opção de que tratam este artigo e o respectivo § 1º será manifestada pelo funcionário, no prazo de 30 (trinta) dias contado a partir da vigência desta Lei e deverá ser apreciada no interesse exclusivo da administração.

§ 3º Aceita a opção, o funcionário passará a integrar o Quadro de Pessoal do SNB, mediante inclusão, quando da execução do disposto no art. 6º desta Lei, abrindo-se, concomitantemente, vagas nos Quadros de origem.

Art. 10. Além dos funcionários do Quadro de Pessoal o SNB poderá dispor de pessoal a ser admitido na forma do art. 23, item II, e do art. 26 da Lei nº 3.730, de 12 de julho de 1960.

Art. 11. Terão preferência para as novas nomeações os recenseadores e outras pessoas que prestaram serviços nos dois últimos recenseamentos, desde que preencham os requisitos legais.

Art. 12. As despesas, de qualquer natureza, decorrentes da execução desta Lei, continuam a correr à conta dos recursos orçamentários do IBGE.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

## As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 175, de 1965

(Nº 3.055-B-65, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes do reajustamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial de Assistência para o Desenvolvimento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das

Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros), para atender, no corrente exercício de 1965, as despesas decorrentes do reajustamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial de Assistência para o Desenvolvimento, criado pelas III Reuniões do Conselho Interamericano Econômico e Social, realizadas em Lima, em dezembro de 1964, para financiar as atividades da Aliança para o Progresso.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

A Comissão de Finanças

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 176, de 1965

(Nº 3.056-B-65, NO ORIGEM)

Concede isenção de licença de importação, tributos e emolumentos consulares para donativos destinados às obras de assistência social, mantidas pela Sociedade das Obras Sociais e Educativas — Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção de licença de importação, dos impostos de importação e de consumo, da taxa de despacho aduaneiro, das taxas portuárias, inclusive armazenagem, melhoramento dos portos e renovação de Marinha Mercante, e dos emolumentos consulares, para os donativos até o limite de 5.000 (cinco mil) toneladas anuais, constituídos de gêneros alimentícios, roupas usadas, medicamentos, material audio-visual de base, material de uso pessoal, livros, material de construção, material de aulas domésticas e trabalhos manuais, recebidos até 1966, inclusive, pela Sociedade das Obras Sociais e Educativas, Diocese de Juazeiro, para sua distribuição gratuita através de obras de assistência social mantidas pela mesma Sociedade, na Diocese de Juazeiro, Estado da Bahia.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 177, de 1965

(Nº 3.057-B-65, NA ORIGEM)

Estende à Comarca de São Vicente a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Santos, no Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica estendida à Comarca de São Vicente, Estado de São Paulo, a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Santos, no mesmo Estado.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Projetos do Executivo.

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 173, de 1965

(Nº 3.058-B-65, NA ORIGEM)

Dá nova redação ao art. 3º da Lei número 4.563, de 11 de dezembro de 1964, que "institui o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 4.563, de 11 de dezembro de 1964, passa a ter a seguinte redação:

\*Art. 3º O Conselho Nacional de Transportes será constituído dos seguintes membros, todos brasileiros

natos:

a) um presidente, que será o Ministro da Viação e Obras Públicas;

b) um representante do Estado Maior das Forças Armadas;

c) o Presidente do Conselho Ferroviário Nacional;

d) o Presidente do Conselho Ferroviário Nacional;

e) o Presidente do Conselho Nacional de Portos e Vias Navegáveis;

f) o Diretor da Aeronáutica Civil ou de órgão deliberativo que vier substituí-lo;

g) um representante do Ministério das Relações Exteriores;

h) um representante do Ministério da Fazenda;

i) um representante do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica;

j) um representante da Contadoria Geral dos Transportes em órgão que vier a substituí-lo;

l) um representante da Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários de Carga;

m) um representante do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima;

n) um representante do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Comercial;

o) um representante da Marinha Mercante ou órgão que vier substituí-lo.

§ 1º Os membros do Conselho Nacional de Transportes correspondentes às letras b, g, h, i, l, m, n e o exercerão o mandato por 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 2º O Conselho Nacional de Transportes terá assessores permanentes para assuntos ligados aos seguintes Ministérios:

— do Trabalho e da Previdência Social;

— das Minas e Energia;

— da Agricultura;

— da Indústria e Comércio;

e, eventualmente, de outros Ministérios.

§ 3º Os representantes dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e Coordenação Econômica e das Relações Exteriores serão designados pelos respectivos Ministros que indicarão, também, nos casos de impedimentos, os seus respectivos substitutos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Projetos do Executivo.

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 179, de 1965

(Nº 3.059-B-65, NA ORIGEM)

Autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$ 11.233.990.500 (onze bilhões, duzentos e oitenta e três milhões, novecentos e noventa mil e quinhentos cruzeiros) ao Ministério da Agricultura, para o fim de que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 11.233.990.500 (onze bilhões, duzentos e oitenta e três milhões, novecentos e noventa mil e quinhentos cruzeiros), para atender ao cumprimento de um programa especial daquele Ministério, visando à execução de trabalhos de emergência, não atendidos integralmente com os seus atuais recursos, e ao ressarcimento de compromissos residuais assumidos em 1964, pelos órgãos técnicos do Ministério da Agricultura, no desenvolvimento dos seus programas de trabalho.

Art. 2º O crédito especial de que trata o artigo anterior será, automaticamente, registrado e distribuído ao

Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 180, de 1965

(Nº 3.060-B-65, NA ORIGEM)

Autoriza a abertura ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores de crédito especial para o custeio dos vencimentos e vantagens dos servidores da Fundação Brasil Central.

O Congresso Nacional decreta,

Art. 1º Fica autorizada a abertura, ao Ministério da Justiça e Negócios

Interiores, do crédito especial de Cr\$ 337.828.560 (trezentos e trinta e sete milhões oitocentos e vinte e oito mil quinhentos e sessenta e seis cruzeiros), destinado ao custeio, no exercício financeiro de 1965, dos vencimentos e vantagens dos servidores da Fundação Brasil Central, enquadrados na forma das Leis ns. 4.242, de 17 de julho de 1963, e 4.345, de 26 de junho de 1964 e do Decreto nº 54.224, de 1º de setembro de 1964.

Art. 2º O crédito especial em questão será, automaticamente, registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças

### PROJETO DE LEI NA CÂMARA

Nº 181, de 1965

(Nº 3.061-B-65, NA ORIGEM)

Autoriza a abertura de crédito especial, no montante de Cr\$ 4.269.970.880 (quatro milhões, duzentos e sessenta e nove milhões, novecentos e setenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito cruzeiros), a diversos Ministérios do Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas da União.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir pelos Ministérios a seguir indicados, pelo Poder Judiciário e pelo Tribunal de Contas da União, os créditos especiais no montante de Cr\$ 4.269.970.880 (quatro milhões, duzentos e sessenta e nove milhões, novecentos e setenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito cruzeiros) discriminados na presente Lei:

Ministério da Agricultura

1) Para atender a despesas dos exercícios de 1962, 1963 e 1964, decorrentes dos encargos previstos no Acordo Básico de Assistência Técnica, celebrado em 1961, com a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (PAO) — (E.M. 907, de 2.11.64, do M.F.) ..	40.268.500
	40.268.500

Ministério da Educação e Cultura

1) Para atender as despesas decorrentes da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, relativas à Universidade de Santa Catarina, e correspondentes ao exercício de 1963 (E.M. 80, de 26.1.65, do M.F.) ..	87.864.828
	87.864.828

Ministério da Fazenda

1) Para atender ao pagamento da diferença de vencimentos e demais vantagens decorrentes do aumento concedido pela Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, devida ao Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara Dr. Manoel Surtinho Pinheiro, no período de abril a dezembro de 1962 (E.M. 912, de 4.11.64, do M.F.) ..	1.021.772
2) Para atender ao pagamento das despesas decorrentes da aplicação da Lei nº 4.069 de 11 de junho de 1962, ao pessoal do Estado do Acre sendo Cr\$ 512.863.800 quinhentos e doze milhões, oitocentos e sessenta e três mil e oitocentos cruzeiros, referente ao exercício de 1962; e Cr. 843.737.129 oitocentos e quarenta e três milhões, setecentos e trinta e sete mil e cento e vinte cruzeiros, relativo ao exercício de 1963 (E.M. 1.129, de 17.12.64, do M.F.) ..	1.356.600.920
3) Para ocorrer ao pagamento das despesas resultantes da construção de prédios destinados a Alfândega, Delegacia Fiscal do Tesouro, Diretoria Regional do Imposto de Renda e Delegacia do Serviço do Patrimônio da União, sediadas em Niterói Estado do Rio de Janeiro (E.M. 1.034 de 2.12.64) ..	218.000.000
4) Para ser aplicado pelo Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN) nos fins previstos na Lei nº 3.860, de 24 de dezembro de 1960, especialmente nas medidas de amparo financeiro à produção carbonífera, nos termos da Letra "F" do art. 6º da referida Lei (E.M. 1.135, de 23.12.64, do M.F.) ..	1.530.000.000
5) Para atender à liquidação de despesas decorrentes do fornecimento de luz elétrica, força motriz e gás, telefones telefônicos aos órgãos do serviço público federal sediados nos Estados da Guanabara Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, enquadrados no art. 97 do Regulamento Geral de Contabilidade da União (E.M. 73 de 26.1.65, do M.F.) ..	316.612.564
6) Para atender ao pagamento das dívidas enquadradas no art. 78 do Código de Contabilidade da União (E.M. 76, de 25.1.1965, do M.F.) ..	550.000.000
	3.922.235.256



## Ministério da Marinha

- 1) Para complementação de recursos necessários ao cumprimento da Lei nº 3.418, de 5 de julho de 1958 ... 154.000.000

154.000.000

## Poder Judiciário

Supremo Tribunal Federal (continuação) Mercedes Benz — "Carmos" de 50KVA (E.M. 233, de 15.3.1965, do M.F.)

15.000.000

Justiça de Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 1ª Região.

- 1) Para atender a despesas com o pagamento de auxílios referentes ao exercício de 1964 (E.M. 284, de 29 de março de 1965, do M.F.)

17.337.749

34.849.111

## Tribunal de Contas da União

- 1) Para atender ao pagamento de vencimentos, diferenças de vencimento, gratificação adicional por tempo de serviço e salário-família ao pessoal posto em disponibilidade pela Lei nº 4.210-63, no período de 1º de julho de 1964 a 31 de dezembro de 1965

23.804.739

23.804.739

4.269.970.880

Art. 2º Os créditos especiais de Cr\$ 218.000.000 (duzentos e dezoito milhões de cruzeiros) e Cr\$ 316.612.563 (trezentos e dezesseis milhões, seiscentos e doze mil, quinhentos e sessenta e três cruzeiros), especificados nos itens 3º e 5º da parte do Ministério da Fazenda, terão a vigência de três exercícios e o de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros), especificado ao item 6º, também da parte do Ministério da Fazenda, terá a vigência de cinco exercícios.

Art. 3º Os créditos especiais de que trata a presente Lei serão automaticamente registrados e distribuídos ao Tesouro Nacional, pelo Tribunal de Contas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

## PARECER

Nº 1.779, de 1965

Da Comissão de Economia, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 154-65, que altera a Lei nº 4.239 de 23 de dezembro de 1963, e dá outras providências.

Relator: Sr. José Feliciano.

O presente projeto, de autoria do nobre Deputado Emílio Gomes, visa alterar a legislação vigente (Lei nº 4.299-63) sobre o Imposto de Vendas e Consignações e define a competência dos Estados para sua cobrança e arrecadação.

Especificamente, o sentido da modificação é o de dirimir conflitos "entre aqueles Estados que têm sua economia fundamentada em produtos primários (atividades agrícolas e extrativas) e os Estados consumidores".

O ilustre autor sustenta a proposição na medida em que afirma:

"por ocasião das transferências desses produtos para suas filiais ou seus consignatários, pagam, os produtores, como determina a Lei o imposto do Estado de origem" (1º do art. 1º), mas quando a operação de venda é acabada, exige o Estado consumidor, novo pagamento do imposto sob a alegação que o mesmo lhe é devido, uma vez que o produto não se classifica nas categorias expressas na lei, pois que sofreram, na origem, processo de transformação, embora simples e que não lhes alterou a natureza física".

Sobre a matéria em projeto anterior, que se transformou em lei, (número 4.299-63), esta Comissão de Economia ofereceu parecer nº 685 de 1963).

Além disso, a urgência na eliminação de crescentes conflitos de incidência do imposto, que a Lei nº 4.299-63 está trazendo ao comércio interestadual, fez com que o Poder Executivo em 8 de agosto corrente, apresentasse a consideração do Congresso

Nacional novo projeto de lei (número 3.038-A-65, na Câmara), nos termos do art. 4º do Ato Institucional, de 1964.

Por se tratar de matéria correlata e nos termos do Art. 255, item b, § 1º, I, do Regimento Interno, propomos anexar o presente projeto ao Projeto de Lei da Câmara nº 172-65, a fim de que se promova a tramitação deles em conjunto.

Sala das Comissões, em 8 de setembro de 1965. — Atílio Fontana, Presidente. — José Feliciano, Relator. — José Leite. — Mem de Sá. — José Ermírio.

## O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E' lida a seguinte:

## COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente:

Tendo sido designado para representar o Senado Federal na próxima Conferência da União Interparlamentar, a reunir-se em Ottawa, Canadá, venho comunicar a V. Excia. a minha ausência do país por cerca de trinta dias para desempenhar essa Comissão no exterior.

Brasília, em 8 de setembro de 1965. — Miguel Couto.

## O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Presidência deferiu, hoje, o Requerimento nº 618, de 1965, apresentado ontem, no qual o Sr. Senador José Ermírio solicita informações a serem fornecidas pelo Sr. Ministro da Agricultura. (Pausa).

## O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Júlio Leite.

## O SR. JULIO LEITE:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, há poucos dias, em sessão extraordinária, aprovou esta Casa os nomes de dois ilustres brasileiros para o Conselho Nacional de Economia.

A primeira vaga, agora, a ser preenchida naquele órgão constitucional, é a decorrente do término do mandato do Conselheiro José Augusto Bezerra de Menezes.

A simples enunciação desse nome nos evoca a personalidade de um homem público que vem honrando a nossa pátria em todos os postos que tem ocupado e que se constitui, pela sua compostura, dignidade pessoal, coragem cívica, entranhado amor à causa pública, no paradigma do político brasileiro.

Com quase quarenta anos de atividade legislativa, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e tendo governado o seu Estado, José Augusto nunca se aproveitou das posições para fazer fortuna, vivendo apenas com os proventos dos mandatos e cargos exercidos.

A intemperança da linguagem nas nossas campanhas políticas, os desacertos de alguns, a inveja e frustração de outros sem condições de participar nas pugnas eleitorais mas que dispõem de meios de divulgação, são fatores, entre outros, responsáveis pelas deformações da figura do político brasileiro, principalmente do congressista ante a parte menos esclarecida do nosso povo.

A essa maré montante de paixões ruins, nós políticos antepomos como um dique a vida de José Augusto, tão cheia de desprendimento e de grandeza.

Após a revolução de 30, viu-se ele obrigado, para atender às despesas com o sustento de sua família, a percorrer vários Estados, para receber comissões de títulos de companhias de capitalização, que ele colocava, ele que aquela altura de sua vida já passara pela alta administração de seu Estado.

Afastado da política, por equívoco do eleitorado de sua terra, não voltando ao Congresso, a sua atividade se fez presente no Conselho Nacional de Economia, onde permaneceu por dez anos. Lá eu o conheci melhor, no trato diário que mantínhamos.

Apolítica, os dissabores que ela comporta, a fascinação das glórias efêmeras, nada prejudicou a sua formação moral.

O seu patriotismo, a coragem de suas atitudes, a preocupação de acertar, nortearam-lhe a atuação no Conselho Nacional de Economia.

A idade não lhe quebrantou as forças. E' dessas personalidades que os anos, em vez de abaterem, como que cristalizam as virtudes. A sua memória peregrina, a sua longa experiência, o seu trato diuturno com os problemas cruciais que afligem a Nação, permitiram-lhe exercer os mandatos de Conselheiro, com eficiência, dignidade e real proveito para o órgão de que fazia parte.

Nunca fugiu aos problemas em estudos. A sua voz sempre se fazia ouvir e muitas vezes a sua opinião dava feição definitiva à resolução do plenário.

Se ele, hoje, não é militante da política, largo trecho de sua vida a ela se dedicou. Para nossa geração, e certamente para as que hão de vir, Sua Excelência é o protótipo do político brasileiro em que ele tem de mais nobre e digno de respeito público.

Que melhor oportunidade, Senhores Senadores, do que esta, para que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República possa demonstrar o seu apreço, a sua consideração, ao político de seu país, cuja vida seja um

constante exemplo de civismo para todos, não venha privar, por ato seu, o Conselho Nacional de Economia, da sabedoria, do equilíbrio, da experiência de José Augusto Bezerra de Menezes.

O Sr. Heribaldo Vieira — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. JULIO LEITE — Pois não.

O Sr. Heribaldo Vieira — O Doutor José Augusto, a quem conheço de longo tempo, cujo nome tradicional é admirado e respeitado no País, representa padrão de dignidade e expressão da nossa cultura jurídica. Se minha palavra de Vice-Líder da União Democrática Nacional, nesta Casa, merece algum acolhimento, espero que o eminente Presidente da República considere o nome desse ilustre brasileiro, já na última etapa de sua vida terrena, no sentido de mantê-lo no Conselho Nacional de Economia, que ilustra com seu saber e com sua dignidade.

O SR. JULIO LEITE — Muito grato pelo aparte de V. Exa.

O Sr. Eurico Rezende — Permite-me o nobre orador um aparte?

O SR. JULIO LEITE — Com prazer.

O Sr. Eurico Rezende — A minha sofreguidão em não permitir que V. Exa. conclua as considerações que vem expondo, decorre de um sentimento de justiça. Realmente, na véspera do esgotamento do mandato de Conselheiro do Dr. José Augusto, é oportuno, perfilhando, aliás, ponto-de-vista manifestado pelo eminente Senador Heribaldo Vieira, manifestarmos a nossa intransigência, diante da circunstância eventual de não se confirmar a presença, por mais um período, do ilustre homem público no Conselho Nacional de Economia. O Dr. José Augusto tem sido um exemplo vivo e, mais do que digno de ser imitado, digno de ser seguido pelas novas gerações brasileiras. E' ele, longe de qualquer dúvida, uma instituição na vida pública brasileira, instituição de patriotismo, instituição nos impulsos da dedicação, instituição na sua densidade cultural e, como se estas credenciais não bastassem, há ainda aquelas características cativantes da modestia e da simplicidade. Esse conjunto de atributos realizou, na vida pública brasileira, longa e larga área de sensibilidade, que deve ser canalizada para a alta atenção do Sr. Presidente da República, a fim de que S. Exa. não prive o Conselho Nacional de Economia da vigilância e, sobretudo, da continuidade da colaboração prestiosa e da cooperação efficientíssima, do Dr. José Augusto, naquele alipiano da Assessoria da Presidência da República e do Congresso Nacional. A substituição do Dr. José Augusto, por parte do Presidente da República, viria como um ato legítimo de competência. Mas, diante do sentimento nacional, seria ato ilegítimo, tamanha é a admiração, tão pertiuzas são as homenagens que eclodem de todas as correntes políticas e de todas as correntes técnicas deste País. Daí por que, de envolta com o apelo depositado no seu discurso pelo eminente Senador Heribaldo Vieira, coloco também a minha rogativa, para que o Sr. Presidente da República continue a homenagear a Casa, mantendo no Conselho Nacional de Economia aquele valor autêntico da nossa capacidade de trabalho, da nossa probidade, e do nosso patriotismo, que o Doutor José Augusto. Congratulo-me, assim, com o oportuno discurso de V. Exa. Creio que, através de V. Exa., está falando a voz do sentimento do Senado

Federal. Numa irrigação sentimental, V. Exa. está interpretando, também, o pensamento e o desejo da Câmara dos Deputados, cujos Anais o Doutor José Augusto tanto fecundou, dignificou e engrandeceu com a sua tradição, seu trabalho e com a sua profunda e sempre aplaudida vida pública.

O SR. JULIO LEITE — Sr. Presidente, quero agradecer aos nobres colegas que me apartearam, pelo presépio que deram às minhas palavras. Espero que realmente o apelo contido no meu discurso e já agora secundado pelos meus eminentes colegas, chegue ao Presidente da República como a expressão do desejo de ambas as Casas do Congresso.

Estas as palavras que desejava proferir. (Muito bem; Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende, como Líder da União Democrática Nacional.

O SENHOR SENADOR EURICO REZENDE PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR. SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Oscar Passos.

O SR. OSCAR PASSOS:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, recebi do Deputado Estadual José Akel Fares, então Presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, datado de 8 do mês passado, o seguinte telegrama:

"Senador Oscar Passos — Brasília — Comunico Vossência movimento separatista eclodiu município Tarauacá já se estendendo Feijó e Cruzeiro do Sul v.g. encabeçado figuras representativas comércio, v.g. seringueiros v.g. prefeitos v.g. deputados estaduais v.g. classes operárias v.g. colonos v.g. seringueiros v.g. finalidade tornarem aquela região Território Federal v.g. desmembrando-se rica e próspera região nosso Estado v.g. abandono completo Governo Estadual e falta atenção apelos reiterados autoridades poder central pt Saudações Deputado José Akel Fares Presidente exercício Assembleia Legislativa Acre".

Agora chega-nos às mãos o memorial enviado pelos "Comitês pró criação do Território Federal do Juruá" ao Exmo. Sr. Presidente da República, pleiteando a divisão do Estado do Acre, com a separação da região do Juruá, que se constituía em Território Federal.

Diante do movimento de inconformismo daquelas populações, que traduz, antes que tudo, a sua vitalidade, o Governador acreano sangrando antecipadamente as próprias veias, reagiu qualificando-o de "subversivo", palavra muito em voga atualmente e muitas vezes empregada por quem dispõe da força mas não dispõe da razão.

Pergunto, então: reagir à criação, no abandono, é subversão? Pleitear uma nova forma de administração regional e fazê-lo diretamente e com o maior respeito ao próprio Sr. Presidente da República, em memorial fartamente assinado, é subversão?

O Governador pretendeu tapar o sol com a peneira.

Sangrou as veias antes do tempo, como demonstrarei.

A aspiração do povo do Juruá não é subversiva, nem é recente. Data de 1910, quando já se propugnava pela

organização da região em dois Estados, compreendendo um deles a bacia do rio Acre e parte do Purus e o outro as bacias do Tarauacá e do alto Juruá.

Em 1920, como em 1949, na II Conferência Nacional das Classes Produtoras, realizada em Araxá, outras vezes se fizeram ouvir, para recomendar a divisão do Acre em dois Territórios, segundo as conveniências geo-econômicas da região, pois é sabido que o Acre não possui estradas que interliguem os seus municípios. Por isso os vales do Juruá e do Acre estão isolados, um do outro.

Em 1958 o então Governador do Território, o saudoso Deputado Valério Caldas de Magalhães, no seu relatório ao Presidente da República, disse:

"Quem se deixe fixar na análise serena, imparcial, despida de quaisquer outros interesses, sendo o de bem servir ao nosso País, constatará, ao examinar a atual situação geofisiográfica do Território do Acre, erro palmar em se lhe ter dado administração homogênea, uma só para toda área".

E adiante acrescenta:

"... pois somos que se impõe o desdobramento do Acre em dois territórios, para que se possa assegurar ocupação efetiva da terra, progresso material nas duas regiões citadas e bem-estar do seu povo".

Realmente, Sr. Presidente, os dois vales são distintos e isolados.

Para se ir de Rio Branco, ou de qualquer município do vale do rio Acre a Feijó, Tarauacá ou Cruzeiro do Sul, no vale do Juruá, é preciso utilizar o avião, em duas ou três viagens por semana, ou então, por via fluvial, descer até Manaus e depois subir pelo outro vale, o que consome, muitas vezes, 2 a 3 meses de viagem.

Não há, ainda, estradas que estabeleçam a ligação por terra, entre os dois vales.

A BR 29, chamada Brasília-Acre, que hoje tem outra designação numérica, integrante do plano de viação nacional, está aberta e em tráfego, embora precário, de Cuiabá até Porto Velho. Partindo daí, um sub-ramal deve percorrer o Acre, ligando a Capital da Rondônia às cidades de Rio Branco, Sena Madureira, Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul, onde, na fronteira, se ligará à estrada peruana que conduz a Pucallpa e depois a Callao, no Pacífico.

De Porto Velho para diante, nada existe.

Nem o Acre conseguiu, até hoje, ligar-se por via terrestre com o resto do Brasil, nem os seus municípios podem comunicar-se entre si e com a Capital do Estado.

Os governos federais não têm dado a esta obra a prioridade que ela devia ter e, por esta razão, são responsáveis, em grande parte, pela situação de isolamento em que se encontra o Acre e pela explosão de desespero daquelas populações, traduzida na ansia de transformarem o Juruá em Território Federal.

A impossibilidade de comunicações terrestres, entre os dois vales acreanos, gera a completa dissociação na vida das duas regiões. As populações dos três municípios em causa vivem inteiramente à parte do resto do Estado.

Tudo quanto produzem vendem diretamente em Manaus ou Belém, donde recebem, via fluvial, aquilo que podem comprar. As relações comerciais, como as bancárias e até as pessoais fazem-se aquelas duas grandes cidades, que são, também, procuradas nos casos mais graves de enfermidades, quando o paciente pode viajar, pois com o atendimento por parte dos órgãos estaduais ninguém pode contar.

As populações do Juruá não se rebelam do Governo atual do Acre, que

elas conhecem, na presente conjuntura, pela voragem na arrecadação de impostos e taxas, com que o Governador alimenta, em Rio Branco, a sua megalomania, manifestada, entre outros exemplos, pela construção de uma piscina de luxo, de mais de 60 milhões de cruzeiros, para uso pessoal...

Se às dificuldades criadas pela natureza, que o Governo Federal ainda não superou, com a construção da rodovia de ligação, acrescentarmos a ação negativa, omissa de um Governador como o atual, que se celebrizou tristemente com a emissão do cheque de um bilhão e meio de cruzeiros em seu nome, que explora os municípios, donde arranca dezenas de milhões de cruzeiros de impostos por ano e para onde não canaliza um centavo sequer, seja em dinheiro, seja em serviços públicos, chegaremos a compreender a razão que assiste às populações que pleiteiam a transformação daqueles municípios em Território Federal, pois assim, dispondo de verbas e dotações próprias e tendo a possibilidade de aplicá-las no Território, poderão nutrir a esperança de melhores dias, de desenvolvimento da região, de aproveitamento das suas riquezas, de amparo aos colonos e trabalhadores, de assistência médica e hospitalar, de combate às endemias, de trabalho eficiente e organizado, em busca de um padrão mais elevado de vida.

É preciso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, visitar o Acre e conhecer a vida das populações dos diversos municípios, para sentir o drama constante que elas vivem, as necessidades que curtem, a miséria que campeia, a fome que bate às portas dos lares, onde o quilo de feijão chegou a custar 1.500 cruzeiros, uma dúzia de ovos ainda custa 2.500, uma galinha 5.000, um litro de leite 500 cruzeiros e onde a cebola e a batata chegam por avião, pagando só de frete mais de 1.200 cruzeiros por quilo!!!

É preciso, Sr. Presidente, percorrer os municípios do Acre, para sentir a tragédia de quem adoce e não encontra um médico que o atenda e salve, como acontece exatamente nos 3 municípios que pleiteiam a separação, de onde o atual Governador retirou os médicos existentes e não os substituiu.

Quando estivemos recentemente no Acre, em visita a todas as suas regiões, o Deputado Mário Maia, nosso bravo companheiro de bancada na Câmara Federal e ilustre médico, que nos acompanhou, deu, em média, 120 consultas gratuitas por dia em cada um dos municípios de que ora nos ocupamos.

Nessa ocasião, de Tarauacá trouxemos para Rio Branco, no avião comercial em que viajávamos, uma senhora com retenção de placenta, que corria perigo de vida e não tinha quem a socorresse. Na mesma viagem, no mesmo avião, trouxemos também de Sena Madureira para a Capital do Estado, outra senhora, com hemorragia uterina há 18 dias, sem socorro algum.

O Deputado Dr. Mário Maia as examinou e decidiu que deviam ser transportadas imediatamente para Rio Branco, como foi feito. Dessa forma ele salvou duas vidas.

Diante de fatos tão chocantes, tão clamorosos, é de perguntar por que o Governador atual do Acre retirou os médicos que clinicavam naqueles municípios? Se tinha razões para retirá-los, por que não os substituiu por outros, que seriam enviados de Rio Branco, onde eles abundam? Por que não utiliza o avião do Estado no atendimento de casos urgentes, como foram aqueles dois, a exemplo do que faz a FAB, que emprega aviões especiais, em todo o Brasil, no afã de prestar assistência imediata aos brasileiros que necessitam de socorro médico urgente? Como se poderá justificar a insensibilidade desse gover-

nador, que, diante do perigo de vida daquelas duas senhoras, conservou imobilizado em Rio Branco, à sua disposição, o avião do Estado, que foi adquirido com esta finalidade, mas que ele transformou no "meu avião"?

Estará este homem à altura do cargo que exerce, de que ele se poderou pela violência e pela coação das armas do Exército, que ele mesmo comandava, em Rio Branco, na ocasião?

Estará ele à altura de sentir as necessidades dos municípios do interior e ter capacidade para dar-lhes o mínimo de assistência e de desenvolvimento econômico, a que normalmente podem e devem aspirar?

Não.

Não está à altura do cargo.

Não o desempenha com isenção e competência.

Não o exerce com equanimidade.

É um usurpador, um aproveitador

reles do que ele mesmo denomina de

"meu palácio", "meu avião", "minha

fazenda".

O Sr. Edmundo Levi — O meu dinheiro.

O SR. OSCAR PASSOS — O meu dinheiro, diz muito bem V. Exa.

É preciso, Senhores Senadores, conhecer este fato e muitos outros que ainda trarei ao conhecimento desta Casa e da Nação, para compreender o sentido e a razão do movimento separatista do Juruá e para estigmatizar, para sempre, a figura caricata do atual Governador, aproveitador insensível da miséria de um povo (Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Martins Junior.

O SR. MARTINS JUNIOR:

(Lê o seguinte discurso) — Senhores Presidente, Senhores Senadores, a I Guerra Mundial, eclodida em 1914 pela Alemanha e Itália, em 1941 envolveu os Estados Unidos da América do Norte, a estes solidarizou-se o Brasil, e entrou o ano de 1942 privando as Nações adversárias de acesso à borracha do Oriente, única fonte, então, dessa matéria-prima essencial às operações bélicas e êxito de vitória. Daí o acordo firmado a 3 de março de 1942, em Washington, entre os Estados Unidos e o Brasil, de cooperação econômico-financeira e suas implicações técnicas, destinado ao esforço de guerra do nosso país, de reiniciar e acelerar o aumento da sua produção de borracha natural e da respectiva manufatura que era incipiente, para socorrer os Estados Unidos e, pois, as Nações Unidas contra o nazi-fascismo. Várias entidades foram, então, criadas, em nosso país e sediadas em Belém, capital do Pará, para a execução dessa cooperação brasileira-americana, e dentre elas o Banco de Crédito da Borracha, para financiar a produção da borracha e controlá-la através do monopólio de suas operações financeiras de compra e venda. O Banco foi pelo Decreto-lei nº 4.451, de 9 de julho de 1942, constituído com o capital de 50 milhões de cruzeiros, sendo 55% brasileiro, 45% do governo norte-americano e 5% de pessoas físicas, brasileiros natos; e de três diretores, ou 2 brasileiros, inclusive o presidente, e um norte-americano. A 12 de janeiro de 1943, o Decreto-lei nº 5.135 aumentou o capital do Banco para 150 milhões de cruzeiros, elevando a participação norte-americana para 60 milhões de cruzeiros; e o número de diretores para cinco; 3 brasileiros, inclusive o presidente e dois norte-americanos. Esta situação que transpôs o término da guerra de 1945, com a rendição incondicional da Itália a 28 de abril, da Alemanha a 7 de maio e do Japão a 2 de setembro; e alcançou a cessação do referido acordo Brasil-Estados Unidos, a 30 de junho de 1947, quando os 2 diretores norte-

americanos renunciaram o mandato e abandonaram a diretoria, de ordem de seu governo "por não mais considerar apropriada a sua representação na diretoria e interesse do Banco, após o término de sua cooperação no programa da borracha convencional com o governo do Brasil".

O Sr. Oscar Passos — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. MARTINS JÚNIOR — Com muito prazer.

O Sr. Oscar Passos — Não sei, eminentemente colega, qual o rumo que V. Ex. pretende dar às suas considerações, mas permiti-me interromper o seu discurso para deixar consignada nos Anais desta Casa a minha estranheza ao constatar que a situação atual ainda mantém aquela de tantos anos antes, quando os americanos, em plena guerra, resolveram com o Brasil organizar este banco e participar do seu capital. Naquela época, justificava-se a participação financeira de uma nação estrangeira num organismo nitidamente brasileiro. Desta forma, essa participação foi aceita e o capital do banco constituído pelo financiamento do Brasil e dos Estados Unidos. Cessadas, porém, as hostilidades essa situação perdurou, como ainda perdura. Daí minha estranheza, justamente por não encontrar justificativa para isso. O capital americano recebido pelo Banco da Borracha, que se transformou no atual Banco do Crédito da Amazônia, é hoje uma insignificância, talvez apenas simbólica da participação dos norte-americanos neste organismo, mas, de qualquer forma, é uma participação estrangeira num organismo brasileiro. Quando o capital do banco está elevado para vinte e cinco bilhões de cruzeiros, ainda os americanos conservam a participação referente ao antigo capital, que era de cento e cinquenta milhões de cruzeiros. É possível que V. Ex. no curso de suas considerações, nos dê alguma explicação ou sua opinião sobre este assunto, o que gostaria imensamente de ouvir. Obrigado a V. Ex.

O SR. MARTINS JÚNIOR — Eu é que agradeço a V. Ex., que antecipou exatamente o ponto a que nós, da Amazônia, queremos chegar.

(Lendo)

Entretanto, até hoje, decorridos 13 anos, não resgatamos o capital norte-americano de 60 milhões de cruzeiros no Banco e respectivos dividendos a razão de 6% ao ano, acumulados segundo me consta desde o início das operações.

O Banco de Crédito da Borracha, já foi transformado, com o mesmo capital e mesmos acionistas, em Banco de Crédito da Amazônia S. A., e o seu tempo de duração de 20 anos, excedido e prorrogado, sem qualquer satisfação a esse acionista, que continua subestimado. E não é que este tenha negligenciado o recebimento do seu capital, dividendos e provavelmente parte das reservas, até mesmo por meios diplomáticos conforme nota de Janeiro de 1955 da Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, ao Sr. Ministro das Relações Exteriores do Brasil, então o Dr. Raul Fernandes, estabelecendo o preço em cruzeiros, para a liquidação desse compromisso. Promoções neste sentido têm sido realizadas ao governo federal pelo Banco e seu Conselho Consultivo, assim como associações de classe e opinião pública da Amazônia. Já mesmo a respeito a Lei nº 4.087, de 7 de julho de 1962, assim se expressa:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir as 60 mil ações ordinárias nominativas do Banco de Crédito da Amazônia S. A., pertencentes ao Governo dos Estados da América do Norte e a indenizar os respectivos dividendos.

Art. 2º Depois de incorporadas ao patrimônio da União, o Governo Federal oferecerá a subscrição pública, metade das referidas ações, preferencialmente aos produtores de borracha da região amazônica, aos indústrias da borracha com indústria localizada na região e aos funcionários do Banco de Crédito da Amazônia S. A.

Art. 3º Somente pessoas físicas de nacionalidade brasileira poderão subcrever ações.

Art. 4º Para cumprimento desta lei fica o Governo Federal autorizado a realizar operações de crédito com o Banco do Brasil S. A.

Art. 5º O Ministro da Fazenda, através de uma comissão mista de funcionários daqueles estabelecimentos de crédito, elaborará as normas necessárias à efetivação da presente lei, no prazo máximo de 60 dias.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Embora a força desta lei, o caso permaneceu sem solução criando atritos que nos humilham, insensíveis que estamos sendo em contínuas solicitações de crescente ajuda financeira dos Estados Unidos, em casos até mesmo sob aval do Banco de Crédito da Amazônia S. A., relapso devedor da obrigação mencionada, no decurso de cuja interminável delongação o credor, em vão, fez-se representar, sucessivamente, pela Rubber Reserve Company, Rubber Development e Eximbank que atualmente detém as referidas ações com poderes de negociações. Não se trata de operação em dólares e nestes assumimos compromissos de milhões e bilhões; mas de cruzeiros para pagamento de capital e indenizações aos Estados Unidos, como estes já estabelecera; em sua aludida nota ao nosso Governo, perfeitamente discutível mas não interminável. Será operação talvez de uma ou poucas centenas de milhões de cruzeiros, de um País que já adquiriu o hábito de emitir cruzeiros aos bilhões para fins não tão justificáveis.

Murmura-se que a Comissão de Defesa dos Capitais Nacionais estaria impugnando dispositivos da Lei número 4.087 por motivos que não são conhecidos. Murmura-se também que haveria ainda a apurar a participação do capital norte-americano nos lucros deste, até o resgate daquele. Isso contrariaria o pronunciamento dos governos dos Estados Unidos ao nosso, na sua referida nota de janeiro de 1955, que refere apenas ao capital e dividendos. Nem podia ser, honesta e sensatamente de outra maneira, face da contribuição do Brasil, aliás 90% da Amazônia, durante o aludido convênio com os Estados Unidos, a este entregando 50.000 toneladas de borracha, além de mais 48.000 à indústria nacional de artefatos, com congelamento à indústria nacional de artefatos, com congelamento de preços, que nos foi desfavorável e até mesmo prejudicando todas as outras atividades produtoras da Amazônia. Convém ressaltar que o atual presidente do Banco de Crédito da Amazônia S. A., Dr. Armando Mendes, ainda em recente exposição, em reunião de 14 de junho último, em Belém, presidida pelo Marechal Castello Branco Presidente da República, insistia pelo cumprimento da Lei nº 4.087, com a compra ao Eximbank das ações e indenizações dos dividendos pertencentes ao governo norte-americano e que detém no Banco de Crédito da Amazônia.

Sr. Presidente e Senhores Senadores:

Este assunto é para ser acertado quanto antes. Não se justifica mais qualquer demora, sob pena de graves prejuízos para nós da Amazônia, que afinal somos os mantenedores do Banco de Crédito da Amazônia. Pelo balanço desse estabelecimento, realizado em 30 de junho de 1965, continua o Governo americano como acionista de 60.000.000 de cruzeiros, parte do

capital realizado de 150.000.000, ou seja 40%. Pelo mesmo balanço, entre fundos e outras reservas existem... 25.259.895.760 cruzeiros. Como dividendos a pagar a diversos, assim pensamos, existem 161.428.332 cruzeiros. Nestas condições, feitas as devidas proporções, quanto teremos que resgatar ou pagar ao Governo Americano, quando resolverem liquidar este assunto? Terá o governo americano direito a receber o que lhe cabia, até quando considerou desnecessária a presença de seus diretores, com o término da guerra em 1945, ou ainda, como acionista que é, pelo menos oficialmente, continua a ter seus direitos garantidos até os dias de hoje?

O Sr. Oscar Passos — Permite V. Ex. um aparte? (Assentimento da orador) — Quanto mais se demorar na liquidação deste assunto, tanto maior será a dívida que estaremos contraindo com os americanos que já não nos ajudam mais. Naquela época, éramos necessários para que eles ganhassem a guerra; hoje, dispõem, pela segunda vez, dos serviços da Ásia, mas esses, também se acham novamente, na iminência de serem fechados.

O SR. MARTINS JÚNIOR — Obrigado a V. Ex. O ilustre colega está me ajudando e se antecipando aquilo que ia dizer.

(Lendo) Nesta última hipótese convenhamos que será um verdadeiro absurdo, por vários motivos.

Primeiro, por sabermos que realmente recebemos ajuda substancial do governo norte-americano, durante a última guerra, mas, em compensação retribuimos generosamente, entregando-lhe muitos milhares de toneladas de borracha, matéria-prima de valor estratégico sumamente importante e do que resultou perdas de vidas dos chamados "soldados da borracha" em regular quantidade, independente do valor comercial do mesmo produto que, naquela ocasião o colocaríamos por muitas vezes mais do preço convencional.

Mas, o que é certo, é que cumprimos com as nossas obrigações e com o que foi estabelecido, se bem sabendo que em Iquitos, no Peru, estavam vendendo o quilo de borracha para a Argentina a até 150 cruzeiros e que ali aparecia de avião para receber o que houvesse. Enquanto isso, para nós da Amazônia, estávamos recebendo o máximo de 18 cruzeiros por quilo. — Acontece que não devemos nos arrepender do nosso procedimento. Ajudamos um país amigo a vencer a grande guerra, e cuja vitória também foi nossa.

Assim, Sr. Presidente e senhores Senadores. Mediante o que acabamos de expor com justeza e sinceridade, resta-nos dar o nosso parecer de como devolver esses 60.000.000 de cruzeiros ao Governo norte-americano. Praticamente já o foram restituídos. O que fizemos bem demonstra que pagamos esse capital várias vezes, e estou bem certo que, qualquer entendimento com o governo norte-americano, ele saberá reconhecer que o nosso trabalho moral, material e físico foi de tal monta que, para principiar, logo após o término da guerra, retirou seus 2 diretores do Banco da Borracha, abandonando-o por já estar satisfeito, e bem satisfeito do nosso procedimento. Acontece que, o governo brasileiro já estudou e continua a estudar este assunto, e lá se vão 18 anos do término da 2ª grande guerra mundial.

E para terminar, quem sabe se não vem a fazer agora, quando se fala na provável guerra entre a Índia e o Paquistão? Jute e pimenta já estão sendo lembrados, e quem sabe, também não irão incluir a borracha, sobretudo neste momento que estamos nos aproximando de um estoque de

15 a 16.000 toneladas, sem termos onde aplicá-las?

O Sr. Oscar Passos — Permite V. Ex.? (Assentimento da orador) — E de se desejar, entretanto, que não repetamos o erro de assinar outro "Acordo de Washington".

O SR. MARTINS JÚNIOR — Faltando sobrando, assim, informam, mas este assunto fica para outra ocasião. Muito obrigado. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Vivaldo Lima.

O SR. VIVALDO LIMA.

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, em clareiras da civilização da imensa planície verde amazônica, dentro das fronteiras das municipalidades de Manaus e Itacatiara, acompanhava os festejos, que consagravam duas efemérides cívicas, dignas das maiores homenagens de todo o povo do Amazonas, visto como a 5 e 7 de setembro relembram-se os episódios históricos que culminaram com a emancipação política do Estado e o início de existência própria desta grande Nação, desvinculando-se da tutela em que se ligava, estreitamente, à pátria de seu descobridor.

Seguindo para lá, conhecia da gravidade da moléstia que minava o combalido organismo de um nonagenário bemfeitor, que a humanidade, em preces, implorava ao Altíssimo lhe fossem concedidos mais alguns anos de vivência terrena.

Aos pagos língücos não chegou, de 4 a 3 na estrada cheia de ocupações várias, a infatigável notícia de que o sábio Alberto Schweitzer havia expirado, serenamente, naquele sanatório que ergueu, há mais de 50 anos, no seio das densas selvas da África equatorial francesa, na cidade de Lambarene, de hoje República do Gabão.

Na hora oportuna, esta Casa prestou-lhe a sua homenagem sentida através da voz de um tribuna dos pampas gaúchos, astro reluzente deste Plenário, qual um Mem de Sá.

Aos meus olhos, contudo, ontem, avidamente devesse os periódicos atrasados, deparam-se, então, os tópicos anunciadores do luto universal, em que se tornou, na realidade, a morte do exerceu a veneranda cientista. Poucas obras apenas aqui aportava de mim viagem à terra natal.

Todo um rosário de recordações, então, desfilou ante minha memória sobre o que me foi, em felizes e gratos momentos, dado presenciar naquelas paragens distantes da África, quando estive no Gabão, em agosto de 1961, em missão oficial do Governo brasileiro, coisa nada vulgar que deixei bem fixado nos Anais desta Casa, em discurso proferido no expediente de 23 de abril de 1963, exaltando a vida e a obra de um mistico um linco de Lambarene, das quais se ocupava, com as maiores expressões de carinho, admiração e entusiasmo, toda a própria humanidade pelo seus intérpretes e meios de divulgação.

A individualidade egrégia assim festejada, no ensejo do cinquentenário sua profeção e constante presença nas florestas inóspitas das fronteiras gabonesas, com a qual, entusiasmado e curiosamente, dialoguei, enviou a página correspondente do nosso Diário, gratamente recebida e, na sua simplicidade peculiar, reconhecido pelas expressões, que julgou demasiado generosas.

Que dizer mais, neste instante, de uma criatura predestinada, que já rumou para o Além ao encontro do lugar santificado no infinito reservado aos grandes espíritos?



Senão e apenas, o que se lê em folha de um matutino desta metrópole, edição de hoje, inspirado por uma inteligência a serviço da redação do "Correio Brasileiro", sob o título "Schweitzer, o Apóstolo".

#### SCHWEITZER, O APÓSTOLO

Abriu-se no Gabão um túmulo em que foram encerrados os restos mortais de Alberto Schweitzer. O gênio da Alsácia, que desapareceu aos 90 anos, renunciou à glória para interinar-se entre as selvas equatoriais da África onde, durante meio século, prestou contínua assistência aos nativos. O grande doutor — como lhe designaram líderes do continente negro — apresenta os ângulos apaixonantes de um respeitável missionário de Deus. Mesmo na solidão de Lambarene, Schweitzer insistiu na sustentação da tese em defesa da paz. As ameaças de um conflito termo-nuclear causavam-lhe funda preocupação. A obra "Filosofia da Civilização", editada em 1923 reflete o humanista límpido, que ele foi, quando ressaltava que "a base da ética é o princípio do respeito à vida". Agora, a África que o recebeu é a África que perde o insuperável benfeitor da Humanidade. Essa inteligência poderosa, fértil e de magnífico dons de visualização, parou, ou entrou em nostálgico silêncio. Filósofo do amor, apóstolo da bondade, esteta do humanismo, Alberto Schweitzer morreu quase ao alcançar o pórtico de um século até onde se desdobrou uma existência rica em misericórdia e beleza. Quem não o chora?

Ninguém, na verdade, deixou de prantear a sua morte, pela saudade de não mais poder vê-lo entre os vips, no afã incontrolável de construir gerações felizes e saudáveis, iniciando, justamente, onde ela era apenas criada e assistida pela Natureza. Talvez, não haja luto em vão.

Assim, quem não o chora? Para traduzir a profunda emoção inerente, que outra coisa senão as lágrimas que são, no pensamento de um apurador de escritor, a palavra da alma, a voz do sentimento?

Muito embora, com Montesquieu, em referência à trajetória legendaria de um Albert Schweitzer, antes devemos chorar pelos homens à nascente, e não à morte.

Era, Sr. Presidente, o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Comunico aos senhores Senadores que, neste momento, o Senado tem a honra de receber a visita de Sir James Miller, Prefeito de Londres. S. Ex.<sup>a</sup>, em companhia de sua comitiva acha-se na tribuna de honra do plenário.

Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende, a fim de dirigir uma saudação a S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Prefeito Sir James Miller.

#### O SR. EURICO REZENDE:

(Sem revisão do orador) Senhor Presidente e Srs. Senadores, seja-me lícito travar conhecimento, assim tão de surpresa, com uma característica cativante do nobre Prefeito de Londres — a simplicidade que o conduziu a esta Casa do povo sem nenhuma cautela protocolar, preferindo colocar-se num dos ângulos da nossa galeria para nos trazer, assim, com a sua modestia, a mensagem afetiva do nobre e generoso povo da portentosa metrópole europeia.

S. Ex.<sup>a</sup>, Sir James Miller, pelo seu curriculum vitae e pelas referências justas e asenhiadas, por isso mesmo, no dorso de um elogio merecido que vem cobrindo, nestas últimas horas, as colunas da nossa imprensa, as vo-

zes do nosso rádio e as imagens da nossa televisão, é bem uma expressão lúdica da tradicional, indomável e invencível democracia britânica.

E a notícia que nos vem, assim tão de longe, nos traz a afirmativa e o reconhecimento de que S. Ex.<sup>a</sup> vem correspondendo aos anseios das aspirações dos seus jurisdicionados. E o Senado da República, que é a torre de ressonância das grandes afirmações nacionais, deseja, através da minha palavra, expressar a S. Ex.<sup>a</sup> a sincera e do seu reconhecimento pela honra desta visita, e grava e registra, nos Anais desta Casa, um momento singular de cortesia e de solidariedade do povo londrino ao povo brasileiro.

Se Londres ocupa uma vasta e aplaudida área na história das grandes capitais, se Londres, na trepidação do presente, é ainda aquela voz ciclópica do passado, Brasília, a mais jovem Capital do mundo, cujo trabalho operário, cujo valor da engenharia e cuja exuberância da arquitetura responde a essa visita com a afirmação das suas vozes gratulatórias e coloca, no espírito e na consciência de Sir James Miller, a mensagem do seu afeto de envolta com os melhores votos que dirige em favor da prosperidade e do bem-estar social do grande povo londrino. (Muito bem! Palmas.)

#### O SR. ARTHUR VIRGILIO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Tem a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio.

#### O SR. ARTHUR VIRGILIO:

(Não foi revisado pelo orador) Senhor Presidente, Srs. Senadores, na ausência do nobre Líder em exercício da minha Bancada, ocupo a tribuna para secundar as palavras do eminente Senador Eurico Rezende, e faço, em nome da representação oposicionista no Senado, a saudação ao ilustre Prefeito da Capital da grande democracia inglesa, que hoje honra o Brasil e Brasília com sua visita.

Destacou o Senador Eurico Rezende a singularidade da visita informal, da modestia com que aqui comparece o eminente homem público inglês, juntamente com a sua comitiva, para essa visita de reverência ao Senado Brasileiro.

E' de fato cativante para nós — que lutamos pelo ideal democrático, que lutamos por uma vida pública respaldada pelos melhores valores morais — além de mui honrosa, essa visita que Sir James Miller nos faz, trazendo o abraço fraterno dos nossos aliados da II Grande Guerra, quando, juntas, nossas armas derrotaram o obscurantismo do nazifascismo no mundo.

Saúdo, pois, Sr. Presidente e senhores Senadores, nestas breves palavras, o Lord Major of London, Sir James Miller, na esperança de que os elos da fraterna amizade que unem os nossos povos mais se acentuarão com êses contacto, na amizade, que esperamos todos imorredoura, entre o Brasil e a Inglaterra. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Tem a palavra o nobre Senador Filinto Müller, Líder do Partido Social Democrático.

#### O SR. FILINTO MÜLLER:

(Sem revisão do orador) Senhor Presidente, Srs. Senadores, encontrava-me no meu Gabinete, quando tive conhecimento da presença, nesta Casa, de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Prefeito de Londres, que honra o Brasil, Brasília e o Senado da República com sua visita.

Já se manifestaram os representantes da União Democrática Nacio-

nal e do Partido Trabalhista Brasileiro, demonstrando a satisfação de suas bancadas e do Senado por tão honrosa visita.

Cabe-me, como Líder do Partido Social Democrático, dizer algumas palavras, Sr. Presidente, para afirmar que todos nós, do Brasil, nos unamos com a presença em nosso País, de figura tão eminent- da vida pública da Inglaterra.

A visita de S. Ex.<sup>a</sup> o Prefeito de Londres, Sir James Miller, traz à nossa lembrança, à nossa presença e ao nosso espírito o papel desempenhado pela Inglaterra na formação e na consolidação da Democracia no mundo.

A Inglaterra é a pátria do Parlamento, é a pátria da representação do povo, pela escolha livre, pelo voto, daqueles que devem legislar e, através da sua atuação, dirigir a nação.

O Prefeito de Londres sempre foi, através dos tempos, um exemplo do espírito democrático que marca a História da Inglaterra Sempre ligados ao povo inglês por tradicional amizade. Mesmo nos momentos difíceis por que passou a Inglaterra, neste século, através de duas guerras, defendendo, juntamente com seus soldados, a Democracia, nós não podemos, como representantes do povo brasileiro no Senado da República, deixar de manifestar o nosso alto apreço ao povo inglês, ao povo de Londres, na pessoa do seu eminente Prefeito, Sir James Miller. Faço-o com imensa satisfação, certo de que, assim procedendo, estou externando os sentimentos da Bancada do meu Partido e do povo brasileiro.

Ao eminente Sr. Prefeito de Londres as nossas saudações amigas e os nossos votos para que se sinta, em nossa terra, tão feliz como se estivesse no seu próprio país.

Era o que tinha a dizer. Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) A Mesa se associa às homenagens que o Senado da República acaba de prestar ao eminente Prefeito de Londres, Sir James Miller, agradecendo a Sua Excelência e à sua brilhante comitiva a honrosa visita. (Palmas prolongadas.)

#### COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Vivaldo Lima  
Edmundo Levi  
Pedro Carneiro  
Aloysio de Carvalho  
Josaphat Marinho  
Gilberto Marinho  
Lino de Mattos  
José Elias  
Filinto Müller  
Gastão Müller  
Mem de Sá (11)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido o seguinte

#### REQUERIMENTO

Nº 619, de 1965

Senhor Presidente:

Nos termos do Regimento Interno, venho requerer a Vossa Excelência sejam solicitadas ao DASP as seguintes informações:

- 1) Estão paralisados numerosos processos de readaptação de servidores públicos, encaminhados à Comissão de Classificação de Cargos?
- 2) Quais as razões determinantes de tal situação?

3) Quando pretende esse órgão dinamizar os trabalhos daquela Comissão?

Sala das Sessões, 9 de setembro de 1965. — *Gilberto Marinho.*

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento lido será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência. Esgotada a hora do Expediente, Passa-se à Ordem do Dia.

Estão presente 31 Senhores Senadores. Não há número para votação. Estando as quatro primeiras matérias da pauta, em fase de votação, deixam as mesmas de ser submetidas à consideração do Plenário, ficando a sua apreciação adiada para a próxima sessão, salvo se, no curso da sessão de hoje, se completar o quorum regimental.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama).

Discussão em turno único, do Projeto de Resolução nº 89, de 1965 de autoria da Comissão Diretora, que nomeia José Carlos Alves dos Santos, candidato habilitado em concurso, para cargo de Auxiliar Legislativo.

Item 5:

#### O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Aloysio de Carvalho.

#### O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, desejava esclarecer V. Exa. o projeto de resolução ora anunciado na Ordem do Dia da sessão de ontem, ou se figura, hoje, pela primeira vez.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Esclareço ao nobre Senador Aloysio de Carvalho que o Projeto de Resolução nº 89, de 1965, figurou na Ordem do Dia de ontem. Foi retirado por ter parecido à Mesa que a nomeação de que trata-se destinava a preencher uma vaga decorrente de outro projeto constante da Ordem do Dia, cuja tramitação fôra sobrestada.

A Mesa verificou, posteriormente, que não era a hipótese. Dai a razão por que a matéria retornou à Ordem do Dia para ser submetida à apreciação do Plenário.

#### O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

— Agradeço a V. Exa. a informação e me conformo plenamente com a deliberação tomada pela Mesa.

Na sessão de ontem, realmente, quando foi retirado da Ordem do Dia determinado projeto de resolução que tornava sem efeito uma nomeação para função de auxiliar legislativo, pareceu à Presidência que ficava sacrificado outro Projeto que nomeava para preenchimento de uma vaga.

Entretanto, havia um projeto que tornava também sem efeito a nomeação do concursado Sérgio de Pontes.

De modo que a nomeação desse concursado, José Carlos Alves dos Santos, decorre da vaga aberta ou da nomeação, tornada sem efeito, de Sérgio de Pontes.

Congratulo-me com V. Exa. por haver resolvido como devia a questão de ordem levantada na sessão de ontem, na sua segunda parte. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama) — Encerrada a discussão do Projeto de Resolução nº 89, de 1965. A votação fica adiada para a próxima sessão, por falta de número



O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama).

Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 64-A, de 1963, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora e Carlos Grandino, como outorgado comprador, tendo pareceres favoráveis (números 150 e 151, de 1965), das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão o Projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra para discussão, dou a discussão por encerrada.

A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama)

Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1963 (nº 3.171-B-57 na Casa de origem), que regula o exercício da profissão de Engenheiro Agrônomo e da outra providências, tendo pareceres (números 861, de 1965) das Comissões de Constituição e Justiça, pela aprovação, nos termos do Substitutivo que apresenta; de Agricultura — 1º pronunciamento — solicitando audiência do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura; 2º pronunciamento — favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça; de Legislação Social, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, com as emendas que oferece de números 1 a 3-CLS e restrições do Senhor Senador Heribaldo Vieira; de Educação e Cultura, favorável ao projeto, com as emendas que oferece, de números 4 a 16-CLS.

Sobre a mesa emendas ao projeto que vão ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

EMENDA Nº 17

No art. 2º:

Suprimir a palavra "liberal"

Justificativa

Não há dúvida de que a engenharia, a arquitetura e a agronomia são liberais. Entendem alguns, entretanto, que o exercício dessas atividades profissionais em função pública escape à feição liberal. Sem discutir tal ponto de vista, propomos a supressão deste tempo, o que em nada prejudica o caráter essencial as profissões em causa.

Sala das Sessões em 9 de setembro de 1965. — Eurico Rezende.

EMENDA Nº 18

Na alínea c do art. 8º:

Substituir o texto pelo seguinte:

c) os profissionais que emprestarem seu nome para encobrir o exercício ilegal da profissão por parte de pessoas, firmas, organizações ou empresas executoras de obras e serviços, sem real participação nos trabalhos.

Justificativa

A modificação feita consistiu apenas em incluir a expressão "da profissão por parte de pessoas", porque não se

ria possível deixar impune o infrator que acobertasse o exercício ilegal da profissão por pessoa física.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1965. — Eurico Rezende.

EMENDA Nº 19

No parágrafo único do art. 22:

Substituir as palavras "exercendo-se as", pelas seguintes: "devendo o Conselho Federal adotar resolução ve (9) engenheiros representantes de

Justificativa

A complexidade da matéria em causa justifica a emenda.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1965. — Eurico Rezende.

EMENDA Nº 20

No parágrafo 1º do art. 27:

Substituir o texto pelo seguinte: São mantidos os Conselhos Regionais existentes.

Justificativa

Atualmente, e de 13 o número de Conselhos Regionais.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1965. — Eurico Rezende.

EMENDA Nº 21

Na alínea a do art. 31:

Substituir o texto pelo seguinte:

a) Quinze (15) representantes de grupos profissionais, como segue: nove (9) engenheiros representantes de modalidades de engenharia estabelecidas em termos anexos pelo Conselho Federal, no mínimo de três (3) modalidades, de maneira que correspondam as formações técnicas constantes dos registros existentes no referido Conselho, três (3) arquitetos e três (3) engenheiros-agrônomo.

Justificativa

Esta emenda objetiva tornar mais flexível a representação das diversas modalidades profissionais da engenharia, conforme seus registros no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1965. — Eurico Rezende.

EMENDA Nº 22

No art. 32:

Substituir o texto pelo seguinte:

Art. 32. Os representantes dos grupos profissionais referidos na alínea a do art. 31 e seus suplentes serão eleitos pelas respectivas entidades de classe registradas nas regiões, em assembleias especialmente convocadas para este fim pelos Conselhos Regionais, cabendo a cada região indicar, em forma de rozoio, um membro do Conselho Federal.

Justificativa

Esta emenda é decorrente da emenda apresentada para o texto da alínea a do art. 31.

Parágrafo único do art. 32, a incluir:

"Os representantes das entidades de classe nas assembleias referidas neste artigo serão eleitos por aquelas entidades na forma dos respectivos estatutos".

Justificativa

A emenda tem por finalidade definir a forma de eleição dos componentes do Conselho Federal, de que trata o art. 32.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 1965. — Eurico Rezende.

EMENDA Nº 23

No art. 43:

Substituir o texto pelo seguinte:

A proporcionalidade dos representantes de cada categoria profissional será estabelecida em face dos nume-

ros totais dos registros no Conselho Regional, de engenheiros das modalidades genéricas previstas na alínea a do art. 31, de Arquitetos e de engenheiros-agrônomo, que houver em cada região, cabendo a cada entidade de classe registrada no Conselho Regional um número de representantes proporcional a quantidade de seus associados, assegurados o mínimo de um representante por entidade.

Justificativa

A presente emenda decorre apenas da emenda anexada a alínea a do artigo 31.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 1965. — Eurico Rezende.

"Edilpe

EMENDA Nº 24

No art. 44 — substituir as palavras "engenharia modalidade civil, engenharia modalidade industrial, engenharia modalidade eletrotécnica", pelas seguintes: "engenharia nas modalidades correspondentes as formações técnicas referidas na alínea a do artigo 31, arquitetura e agronomia".

Justificativa

Esta emenda é decorrente da apresentada para a alínea a do art. 31.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 1965. — Eurico Rezende.

EMENDA Nº 25

Parágrafo único do art. 49. Acrescentar ao final: "eleito pelo Conselho Regional".

Justificativa

Trata-se apenas de complementar o texto, estabelecendo o órgão eleitor do representante das demais categorias profissionais, de que trata este parágrafo.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 1965. — Eurico Rezende.

EMENDA Nº 26

No art. 54:

Transformar o parágrafo único em parágrafo primeiro.

Acrescentar o seguinte:

Parágrafo segundo — Será considerado como serviço público efetivo, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo exercido como Presidente ou Conselheiro, vedada, porém, a contagem cumulativa com tempo exercido em cargo público.

Justificativa

Nada mais justo que recompensar, de alguma forma, o esforço dispendido, sem remuneração de espécie alguma, dos que executam, para o Estado, a fiscalização de um exercício profissional. A medida é pleiteada nos moldes da já existente para a Ordem dos Advogados:

Sala das Sessões, 9 de setembro de 1965. — Eurico Rezende.

EMENDA Nº 27

No art. 60:

Suprimir a parte final que diz:

... independentemente de novos emolumentos".

Justificativa

E' perfeitamente razoável a cobrança de emolumentos, para atender ao custo dos serviços de expediente.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 1965. — Eurico Rezende.

EMENDA Nº 28

No art. 75:

Substituir o texto pelo seguinte:

As multas serão estabelecidas em função do maior salário-mínimo vigente no País e terão os seguintes valores, desproporcionais as frações de mil cruzeiros:

a) multas de um a três décimos do salário-mínimo, aos infratores dos ar-

tigos 19 e 60 e das disposições para as quais não haja indicação expressa de penalidade;

b) multas de três a seis décimos do salário-mínimo as pessoas físicas, por infração da letra b do art. 8º, dos artigos 16, 17 e 57 ou do parágrafo único do art. 66.

c) multas de meio a um salário-mínimo as pessoas jurídicas, por infração dos arts. 16, 17, 61, 62 e parágrafo único do art. 66.

d) multas de meio a um salário-mínimo as pessoas físicas, por infração das letras a, c e d do art. 8º.

e) multas de meio a três salários-mínimos as pessoas jurídicas, por infração do art. 8º.

Mantido o parágrafo único do artigo 75.

Justificativa

O valor coercitivo das multas só produzirá efeito quando acompanhar o ritmo da oscilação do valor da moeda. No caso, mantem-se o disposto na legislação vigente (art. 56 da Lei número 4.242, de 17 de julho de 1963).

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1965. — Eurico Rezende.

EMENDA Nº 29

Art. 89:

Suprimir.

Justificativa

Não é recomendável abrir-se o precedente de favor a contribuintes notórios em detrimento da receita dos CREA e, além disto, parte das importâncias devidas já se acha escriturada como dívida pública federal.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1965. — Eurico Rezende.

EMENDA Nº 30

No art. 90:

Substituir o texto pelo seguinte:

Os atuais presidentes dos Conselhos Federal e Regionais completarão os mandatos para os quais foram eleitos.

Justificativa

Há toda conveniência em manter os atuais mandatos, a fim de não ocorrer um hiato na condução dos trabalhos da fiscalização profissional e de não se desprezar a experiência dos atuais conselheiros.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 1965. — Eurico Rezende.

EMENDA Nº 31

Parágrafo único do art. 90, a introduzir:

Os atuais presidentes dos Conselhos Federal e Regionais completarão seus mandatos, ficando o presidente do primeiro desses Conselhos com o caráter de membro do mesmo.

Justificativa

A providência transitória prevista nesta emenda visa a manter normalidade no período de transição entre a antiga e a nova legislação. O dispositivo referente ao Presidente do Conselho Federal justifica-se por não ser este atualmente membro eleito do referido Conselho.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 1965. — Eurico Rezende.

EMENDA Nº 32

No art. 91:

Substituir o texto pelo seguinte.

O Conselho Federal baixará resoluções, dentro de sessenta (60) dias, a partir da data da presente lei, destinadas a completar as composições dos Conselhos Federal e Regionais de acordo com o disposto nesta lei.

Justificativa

A medida aqui prevista impõe-se como complemento necessário a exis-

ção do dispositivo estipulado na emenda ao art. 90.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 1965. — *Eurico Rezende*.

#### EMENDA Nº 33

Parágrafo único do art. 91:  
Suprimir.

#### Justificativa

A supressão justifica-se pelo fato do dispositivo constante deste parágrafo dever ser regulado pelas instruções previstas no art. 91.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 1965. — *Eurico Rezende*.

#### EMENDA Nº 34

Art. 92:

Suprimir.

#### Justificativa

O disposto neste artigo é dispensável, em face do estipulado no art. 91 e da modificação apresentada pela emenda ao art. 90.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1965. — *Eurico Rezende*.

#### EMENDA Nº 35

No art. 94:

Substituir a palavra "eleitos" por "completados".

#### Justificativa

Esta emenda é decorrente da emenda proposta para o art. 90.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1965. — *Eurico Rezende*.

#### EMENDA Nº 36

Art. 96:

Suprimir.

#### Justificativa

Trata-se de emenda supressiva complementar da apresentada para o artigo 89.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1965. — *Eurico Rezende*.

#### EMENDA Nº 37

Onde couber:

Artigo ... O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e seus Conselhos Regionais são autarquias, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito público.

#### Justificativa

O Conselho Federal e os Conselhos Regionais já são constituídos em autarquias pela legislação vigente e essa forma é imprescindível para o desempenho das funções que lhes são atribuídas.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1965. — *Eurico Rezende*.

#### EMENDA Nº 38

Onde couber:

Artigo ... Os Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia constituem Serviço Público Federal, gozando os seus bens, rendas e serviços, de imunidade tributária total (art. 31, inciso V, letra "g", da Constituição Federal), e tendo franquia postal e telegráfica.

#### Justificativa

Com essa disposição, procura-se facilitar os serviços de fiscalização exercida para o Estado pelos Conselhos.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1965. — *Eurico Rezende*.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em discussão o projeto, com o substitutivo e as emendas que acabam de ser lidas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

O projeto voltará às Comissões, a fim de se pronunciarem sobre as emendas.

(Pausa.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 150, de 1965 (nº 4.052-62, na Casa de origem), que fixa o grau mínimo para oprovação de candidatos ao serviço público federal, tendo parecer favorável, sob número 1.022, de 1965, da Comissão de Serviço Público Civil, com emenda que oferece.

Sobre a mesa emendas para este projeto de lei, que vão ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes:

#### EMENDA Nº 2

Acrescente-se o seguinte parágrafo ao art. 1º:

Parágrafo "O disposto neste artigo aplica-se aos concursos, já homologados pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, válidos à data desta lei".

#### Justificação

Impõe-se a aprovação da presente emenda por duas razões principais.

Primeiro. Por justiça e equidade, dispensando, a quantos candidatos, nas centenas de concursos realizados pelo DASP, tenham alcançado as notas fixadas no presente projeto, o mesmo tratamento que será dispensado a partir da vigência da lei.

Segundo. Como medida de economia, pois, o aproveitamento de milhares de concursados, importará na economia de tempo e dinheiro que seriam gastos com a realização de centenas de concursos que ora são abrangidos pelo projeto.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1965. — *Aurício Vianna*.

#### EMENDA Nº 3

Dê-se ao Projeto a seguinte redação:

Art. 1º E' fixado em 40 (quarenta) pontos, por matéria, e em 50 (cinquenta) pontos, como média geral, o grau mínimo de aprovação em concurso para ingresso no Serviço Público da União.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se também aos concursos já homologados pelo Departamento Administrativo do Serviço Público e que à data da Lei não perderam a validade.

Art. 2º O Departamento Administrativo do Serviço Público organizará uma relação especial dos candidatos aprovados na forma desta lei, devendo ocorrer o aproveitamento dos mesmos no serviço somente após a nomeação de todos os candidatos constantes de classificação efetuada de acordo com o anterior critério.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### Justificação

A Emenda tem por objetivo fazer justiça aos já concursados, que por uma pequena margem de pontos, estariam eliminados pelo anterior critério (bastante severo no conceito dos pontos negativos) e, de outro lado, beneficiaria a Administração Pública, que se veria forçada a proceder a novos concursos públicos, com dispêndio de vultosas somas e desperdício de tempo precioso, valendo-se, em última análise, dos mesmos elementos recentemente concursados, em quase um ciclo vicioso de aquilatar valores

e merecimentos. A conveniência e a necessidade imediata de pessoal habilitado para compor os quadros das carreiras acima referidas, justificam sobejamente a medida ora pleiteada e de salutar justiça.

Sala das Comissões, em 9 de setembro de 1965. — *Menezes Pimentel*.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em discussão o projeto e as emendas.

(Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discuti-los, irei declarar encerrada a discussão.

(Pausa.)

Está encerrada.

A matéria irá à Comissão de Constituição e Justiça, para que se pronuncie sobre o projeto e emendas; e à Comissão de Serviço Público Civil, para que se manifeste sobre as emendas.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama)

Item 9:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 164, de 1965 (nº 3.029-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a fiscalização do comércio e uso de produtos fitossanitários e de outras providências, tendo parecer favorável, sob nº 1.071, de 1965, da Comissão de Projetos do Executivo.

Em discussão o projeto.

(Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discuti-lo, irei encerrar a discussão.

(Pausa.)

Está encerrada.

A votação fica adiada por falta de quorum.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama):

Item 10:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 164, de 1965 (nº 3.029-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República que prorroga prazo estabelecido na Lei nº 2.341, de 22 de novembro de 1954, que concedeu financiamento para operações imobiliárias através da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Naval, tendo parecer favorável, sob nº 1.062, de 1965, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto.

(Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discuti-lo, irei declarar encerrada a discussão.

(Pausa.)

Está encerrada.

A votação fica adiada por falta de quorum.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama):

Item 11:

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara número 165, de 1965 (nº 3.030-B-65, na Casa de origem) de iniciativa do Sr. Presidente da República, que abre, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000.000 (dois bilhões e qu-

nhentos milhões de cruzeiros), destinado ao combate à malária, tendo parecer favorável, sob número 1.061, de 1965, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto.

(Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de número na sessão de hoje.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama):

Item 12:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 166, de 1965 (nº 3.033-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que torna obrigatório, pelas empresas concessionárias de serviços públicos, o emprego de madeiras preservadas e de outras providências, tendo parecer favorável, sob nº 1.073, de 1965, da Comissão de Projetos do Executivo.

Em discussão o projeto.

(Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada para a próxima sessão, por falta de número.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama)

Item 13

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 167, de 1965 (nº 3.034-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a obrigatoriedade de serem ouvidas as autoridades florestais na aprovação de plantas e planos de loteamento para venda de terrenos sem prestações, tendo parecer favorável, sob nº 1.074, de 1965, da Comissão de Projeto do Executivo.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão. A votação fica adiada para a próxima sessão, por falta de número na de hoje. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama)

Item 14

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 168, de 1965 (nº 3.037-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que concede, pelo prazo de 2 (dois) anos, isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como das taxas de despacho aduaneiro, de melhoramentos dos portos e de renovação da Marinha Mercante, dos materiais importados pelos Bancos estaduais, para uso próprio, tendo parecer favorável, sob números 1.076 e 1.077, de 1965, das Comissões de Projetos do Executivo, com a emenda que oferece, sob número 1 — CPE; e de Finanças, com votos vencidos dos Srs. Senadores Aurício Vianna, Adolfo Franco e Oscar Passos.

Em discussão o projeto com a emenda.

#### O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) Tem a palavra o nobre Senador.

**O SR. EDMUNDO LEVI:**

(Sem revisão do orador) Sr. Presidente, não podia deixar de tecer, embora brevemente, algumas considerações a propósito deste projeto.

O seu art. 1º está assim redigido:

"É concedida, pelo prazo de dois anos, isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como das taxas de despacho aduaneiro, de melhoramento dos portos e de renovação da Marinha Mercante, aos equipamentos, maquinaria, sobressalentes e acessórios importados pelos bancos estaduais, para uso próprio."

Sr. Presidente, uma redação dessa seria admissível se tivesse o projeto iniciativa em qualquer das Casas do Legislativo. Mas não se concebe que venha, em mensagem do Executivo, uma proposição que peca pelo desconhecimento das próprias leis a que, por certo, o Ministério que elaborou esse projeto está obrigado.

Ora, sabemos que a taxa de despacho aduaneiro envolve várias alíquotas, entre elas de melhoramento dos portos e outra de renovação da Marinha Mercante.

Não se deve, portanto, conceder isenção de taxa de despacho aduaneiro e ainda mais de melhoramento dos portos e de renovação da Marinha Mercante, porque não existe, independentemente, hoje em dia, a taxa de renovação da Marinha Mercante, nem a de melhoramento dos portos. É uma decomposição da taxa de despacho aduaneiro.

Éra minha idéia apresentar emenda, pedindo destaque para a rejeição dessas expressões: "de melhoramento dos portos e renovação da Marinha Mercante." Entretanto, trata-se de Mensagem do Executivo. Se emendarmos, nesta oportunidade, o projeto, inevitavelmente ele voltará à Câmara dos Deputados e o prazo de tramitação se esgotará. E o senhor Presidente da República terá o ensejo de, usando das atribuições que lhe confere o Ato Institucional, outorgar mais um diploma legal ao País.

Assim, mostrando à Casa a inconveniência de redação deste projeto, não me sinto, entretanto, com coragem de propor-lhe a correção pois assim o Executivo teria, talvez, mais uma oportunidade de dizer que o Congresso deixou expirar o prazo a que estava obrigado para apreciar e votar esta proposição.

Quero, porém, advertir a Casa sobre o fato de que não se pode conceber como o Executivo, que dispõe de todos os meios, recursos e completa assessoria para uma perfeita elaboração legislativa, mande para cá proposições como esta, frontalmente errada, provando seu desconhecimento das próprias leis que o Ministério da Fazenda tem obrigação de cumprir, e a respeito das quais ele próprio é o supremo vigilante.

Faço estes comentários para demonstrar à Casa o descuido com que são elaboradas as propostas de lei do Executivo, a fim de que examinemos, sempre que nosarmos, com todo o rigor, as proposições governamentais. Lamento não poder apresentar a medida corretiva, porque como disse, estaríamos atraindo sobre o Senado, vale dizer sobre o Congresso, a pecha de relaxo ou de maus cumpridores do nosso dever.

Dai por que, Sr. Presidente, embora censurando o projeto, infelizmente não o posso corrigir. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE:**

(Guilherme Mondim) — Continua em discussão o projeto, com emendas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

A votação do projeto fica adiada para a próxima sessão, por falta de quorum na de hoje.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — Passa-se ao item nº 15.

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 20 de 1964, de autoria do Sr. Senador Edmundo Levi, que acrescenta parágrafo único ao artigo 13 da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, que institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, tendo pareceres (números 376, 377 e 378, de 1965), das Comissões: de Constituição e Justiça, favorável; de Educação e Cultura, pela rejeição e de Legislação Social, pela rejeição, com votos vencidos dos Senhores Senadores Aarão Steinbruch e Edmundo Levi.

Em discussão o projeto.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

A votação do projeto fica adiada para a próxima sessão, por falta de quorum na de hoje.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — Passa-se ao item nº 16.

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 68, de 1964, de autoria do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que regula a cobrança do imposto de vendas e consignações, tendo parecer nº 1.065, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, pela tramitação em conjunto com o PL-3.038-65, em andamento na Câmara dos Deputados.

Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

A votação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça fica adiada para a próxima sessão, por falta de quorum na de hoje.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — Passa-se ao item 17:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 17 de 1965, de autoria do Sr. Senador Faria Tavares, que dispõe sobre abatimento dos preços de passagens nas ferrovias federais e de taxas telegráficas, tendo pareceres (números 1.049, 1.050 e 1.051 de 1965, das Comissões: de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, pela rejeição; de Finanças, pela rejeição).

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, dou a discussão por encerrada.

A votação fica adiada para a próxima sessão, por falta de quorum.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — Item 18:

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.021, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, pelo arquivamento das Mensagens números 400 e 489 (números 199-65 e 253-65, no Senado), pelas

quais o Sr. Presidente da República submeteu ao Senado a escolha dos Srs. Moacyr Araújo Pereira e Aluísio Lins de Vasconcelos Chaves, para Membros dos Conselhos Administrativos da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro e do Pará.

Em discussão e parecer.

Nenhum dos Srs. Senadores pediu a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada para a próxima sessão, por falta de quorum. Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos.

**ORDEM DO DIA**

SESSÃO DE 13 DE SETEMBRO DE 1965

(Segunda-feira)

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — Comunico aos Srs. Senadores que a sessão de hoje, do Congresso Nacional, destinada à apreciação de veto presidencial, foi cancelada.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — Amanhã, não haverá a sessão ordinária do Senado Federal, a fim de que, em sessão solene do Congresso Nacional, se receba a visita do Sr. Giuseppe Saragat, Presidente da Itália.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando, antes para a de segunda-feira, a seguinte

1

**REQUERIMENTO Nº 617, DE 1965**

Votação em turno único do Requerimento nº 617 de 1965 pelo qual a Comissão Especial para o estudo e a coordenação de medidas tendentes a estabelecer o controle dos preços de exportação de matérias-primas solicita a convocação do Sr. Ministro da Fazenda a fim de perante aquele órgão fazer exposição sobre relacionados com a exportação de produtos agropecuários e minerais.

2

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 85, DE 1965**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 85, de 1965, de autoria da Comissão Diretora, que prorroga por um ano a licença concedida a Antônio Augusto Gentil Cabral, Noticiarista da Secretaria do Senado Federal.

3

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 86 DE 1965**

Votação, em turno único do Projeto de Resolução nº 86 de 1965 de autoria da Comissão Diretora, que põe à disposição do Governo do Estado do Ceará a Oficial Legislativo, PL-6, Moema Fernandes Lávora.

4

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 87, DE 1965**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 87 de 1965 de autoria da Comissão Diretora, que torna sem efeito a nomeação de Sérgio de Pontes, candidato habilitado em concurso, para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, ao Quadro da Secretaria do Senado Federal.

5

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 89, DE 1965**

Votação em turno único, do Projeto de Resolução nº 89 de 1965 de autoria da Comissão Diretora, que nomeia José Carlos Alves dos Santos, candidato habilitado em concurso, para cargo de Auxiliar Legislativo

6

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1965**

Votação em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 64-A, de 1963, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora e Carlos Grandino, como outorgado comprador, tendo pareceres favoráveis (números 150 e 151, de 1965) das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

7

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 163, DE 1965**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 163, de 1965 (nº 3.026-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a fiscalização do comércio e uso de produtos fitossanitários e de outras providências, tendo parecer favorável, sob nº 1.071, de 1965, da Comissão de Projetos do Executivo.

8

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 164, DE 1965**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 164, de 1965 (nº 3.029-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que prorroga prazo estabelecido na Lei nº 2.341, de 22 de novembro de 1954, que concedeu financiamento para operações imobiliárias através da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Naval, tendo parecer favorável, sob nº 1.062, de 1965, da Comissão de Finanças.

9

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 165, DE 1965**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 1965 (nº 3.030-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que abre, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de .....

Cr\$ 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), destinado ao combate à malária tendo parecer favorável, sob nº 1.061, de 1965, da Comissão de Finanças.

10

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, DE 1965

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 1965 (nº 3.033-B/65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que torna obrigatório, pelas empresas concessionárias de serviços públicos o emprego de madeiras preservadas e dá outras providências, tendo parecer favorável sob nº 1.073, de 1965, da Comissão de Projetos do Executivo.

11

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 167, DE 1965

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1965 (nº 3.034-B/65 na Casa de origem) de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a obrigatoriedade de serem ouvidas as autoridades florestais na aprovação de plantas e planos de loteamento para venda de terrenos em prestações, tendo parecer favorável, sob nº 1.074, de 1965, da Comissão de Projetos do Executivo.

12

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 168, DE 1965

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 1965 (nº 3.037-B/65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que concede pelo prazo de 2 (dois) anos isenção dos impostos de importação e de consumo bem como das taxas de despacho aduaneiro de melhoramentos dos portos e de renovação da Marinha Mercante aos materiais importados pelos Bancos estaduais, para uso próprio, tendo pareceres favoráveis sob números 1.076 e 1.077 de 1965 das Comissões de Projetos do Executivo com a emenda que oferece sob número 1-CPE; e de Finanças com votos vencidos dos Srs. Senadores Aurélio Vianna, Adolfo Franco e Oscar Passos.

13

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, DE 1964

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 20, de 1964, de autoria do Sr. Senador Edmundo Levi, que acresce parágrafo único ao artigo 13 da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, que institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, tendo pareceres (números 376, 377 e 378, de 1965) das Comissões: de Constituição e Justiça, favorável; de Educação e Cultura, pela rejeição e de Legislação Social, pela rejeição, de Educação e Cultura, pela rejeição e de Legislação Social, pela rejeição, com votos vencidos dos Srs. Senadores Aarão Steinbruch e Edmundo Levi.

14

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 1964

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 68, de 1964, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que regula a cobrança do imposto de vendas e consignações nos Estados, tendo parecer sob nº 1.065 de 1965 da Comissão de Constituição e Justiça, pela tramitação em conjunto com o PL/3.038/65, em andamento na Câmara dos Deputados.

15

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 1965

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 17, de 1965, de autoria do Sr. Senador Faria Tavares, que dispõe sobre abatimento dos preços de passagens nas ferrovias federais e de taxas telegráficas, tendo pareceres sob números 1.049, 1.050 e 1.051, de 1965, das Comissões: de Constituição e Justiça pela constitucionalidade; de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, pela rejeição; de Finanças, pela rejeição.

16

#### PARECER Nº 1.021, DE 1965

Votação, em turno único, do Parecer número 1.021, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça pelo arquivamento das Mensagens números 400 e 489 (números 199/65 e 253/65 no Senado), pelas quais o Sr. Presidente da República submeteu ao Senado a escolha dos Srs. Moacyr Araújo Pereira e Aluísio Lima de Vasconcelos Chaves, para Membros dos Conselhos Administrativos da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro e do Pará.

17

#### REDAÇÃO FINAL — PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 129, DE 1964

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 1.078, de 1965, do Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 1964 (nº 51-A, de 1963 na Câmara dos Deputados), que mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 28 de setembro de 1954, entre a 6ª Região Militar, com sede em Salvador, Bahia, e a firma individual Engenheiro Civil Clodoaldo Vieira Passos.

18

#### REDAÇÃO FINAL — PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1965

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 1.075, de 1965, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1965 (nº 208-B-65 na Câmara dos Deputados), que determina o registro do Convênio nº 1-64 celebrado, em 30 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e a Sociedade Educadora e Beneficente do Sul com sede na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama) — Está encerrada a sessão. (Levanta-se a sessão às 16 horas e 30 minutos).

### ATOS DO SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO

#### PORTARIA Nº 38 DE 1965

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra "j", do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve dispensar de suas funções no Gabinete do Líder do Governo, o Sr. Antônio Cardoso, Guarda de Segurança, PL-9, mandando constar em seus assentamentos o elogio formulado pelo Titular daquela Gabinete, pelo perfeito desempenho de suas atribuições.

Secretaria do Senado Federal, 31 de agosto de 1965. — Gilberto Marinho, 1º Secretário.

#### PORTARIA Nº 39 de 1965

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra "j", nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar Jairo Barbosa Mattos, Ajudante de Portaria, FT-7, para exercer as funções de Continuo no Gabinete do Líder do Governo.

Secretaria do Senado Federal, 1º de setembro de 1965. — Gilberto Marinho, 1º Secretário.

### ATOS DO SR. DIRETOR-GERAL

#### PORTARIA Nº 94, DE 9 DE

#### SETEMBRO DE 1965

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar José Benício Tavares da Cunha Melo, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, Gilberto Fernandes Alves, Oficial Legislativo e José Celestino Pessoa, Chefe do Serviço de Transportes, para, sob a presidência do primeiro, constituírem uma Comissão de Sindicância incumbida de apurar a causa do acidente havido com o carro placa 190, a serviço do Senador Heribaldo Vieira.

Secretaria do Senado Federal, 9 de setembro de 1965. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

#### PORTARIA Nº 95, DE 9 DE

#### SETEMBRO DE 1965

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Jupy de Oliveira Pereira, Auxiliar de Limpeza, para ter exercício na Administração.

Secretaria do Senado Federal, 9 de setembro de 1965. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

### ATAS DAS COMISSÕES

#### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

#### ATA DA 6ª REUNIÃO, REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 1965

Aos treze dias do mês de julho do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, às quinze horas, no Salão Nobre do Senado Federal, reúne-se a Comissão de Legislação Social, sob a presidência do Sr. Senador Edmundo Levi, nos termos do parágrafo terceiro do artigo oitenta e um do Regimento Interno, presentes os Senhores Senadores Heribaldo Vieira, Eurico Rezende, Antônio Jucá, José Leite e Eugênio Barros.

Deixam de comparecer, por motivos justificados os Srs. Senadores Vivaldo Lima — Presidente, Walfredo Gurgel — Vice-Presidente, Atílio Fontana, Ruy Carneiro e Aarão Steinbruch.

O Sr. Presidente "ad hoc", após constatar a existência de número regimental, declara iniciada a reunião e manda proceder a leitura da ata da reunião anterior, que, sem discussão, é aprovada.

O Sr. Senador Heribaldo Vieira profere parecer favorável, com emendas de nº 1 C.L.S. a 5 C.L.S., ao Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1965, que altera dispositivos da Lei nº 4.284, de 20 de novembro de 1963.

O Sr. Senador José Leite, Relator do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 1965, que modifica o art. 132 do Decreto-lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, opina pela sua anexação aos projetos de lei de nº 44, de 1963, do Senado e 81, de 1964, da Câmara dos Deputados, que têm tramitação conjunta em virtude de requerimento anterior desta Comissão.

O Sr. Senador Eurico Rezende emite parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1965 — "Aprova o Convênio de Cooperação Social assinado no Rio de Janeiro a 11 de agosto de 1964 entre o Brasil e a Espanha".

Os pareceres acima mencionados são, sem restrições, aprovados pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Claudio I. C. Leal Neto, Secretário, lavrei a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### ATA DA 7ª REUNIÃO, REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 1965

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, às quinze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Senado Federal, reúne-se a Comissão de Legislação Social, sob a presidência do Sr. Senador Heribaldo Vieira, nos termos do § 3º do artigo oitenta e um do Regimento Interno, presentes os Srs. Senadores Aarão Steinbruch, José Leite, Sigefredo Pacheco e Lobão da Silveira.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Srs. Senadores Vivaldo Lima — Presidente, Walfredo Gurgel — Vice-Presidente, Atílio Fontana, Ruy Carneiro, Edmundo Levy, Eurico Rezende e Eugênio Barros.

O Sr. Presidente, após constatar a existência de número regimental, declara iniciada a reunião e manda proceder a leitura da ata da reunião anterior, que, sem discussão, é aprovada.

O Sr. Senador José Leite profere parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado, nº 179, de 1963, que regula o exercício da profissão de Técnico de Administração.

A seguir, o parecer do Sr. Relator é submetido à discussão, posto em votação e aprovado, sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Claudio I. C. Leal Neto, Secretário, lavrei a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### ATA DA 8ª REUNIÃO, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 1965

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, às dezessete horas, no Salão Nobre do Senado Federal, reúne-se a Comissão de Legislação Social, sob a presidência do Senhor Senador Vivaldo Lima, presentes os Srs. Senadores Heribaldo Vieira, Edmundo Levy, Atílio Fontana e José Leite.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Srs. Senadores Walfredo Gurgel, Ruy Carneiro, Eurico



Rezende, Eugênio Barros e Aarão Steinhilber.

— Aceito o pedido de dispensa da leitura da ata da reunião anterior, formulado pelo Sr. Senador Heribaldo Vieira, é esta dada como aprovada.

A Comissão discute e aprova os pareceres do Sr. Senador Attilio Fontana, contrário ao Projeto de Lei do Senado, nº 71, de 1954, que "concede aposentadoria e pensões integrais aos trabalhadores segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões" e do Sr. Senador Edmundo Levi, favorável ao Projeto de Lei do Senado, nº 32, de 1965, que "declara de utilidade pública o Instituto Bom Pastor, de Ararindeua, Estado do Pará".

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Claudio I. C. Leal Neto, Secretário, lavrei a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

29ª REUNIAO, ORDINARIA  
REALIZADA NO DIA 1º DE  
SETEMBRO DE 1965

As 17 horas do dia 1º de setembro de 1965, na Sala das Comissões, sob

a presidência do Senhor Senador Afonso Arinos, presentes os Senhores Senadores Heribaldo Vieira, Edmundo Levi, Josaphat Marinho, Menezes Pimentel, Mello Braga, Oscar Passos e Wilson Gonçalves, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Ruy Carneiro, Antônio Balbino, Arthur Virgílio e Bezerra Neto.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Dos projetos constantes da pauta, são relatados os seguintes:

*Pelo Senador Edmundo Levi:*

— Favorável com emendas supressivas ao Projeto de Lei da Câmara nº 142 de 1964 — Que institui o seguro obrigatório contra acidentes com passageiros de veículos rodoviários de transportes coletivos.

— Pelo arquivamento do Ofício nº 335-P/59(2) — do Presidente do Supremo Tribunal Federal, enviando cópia de acórdão de julgamento da Representação nº 290, da Bahia, julgada a 26-10-56 (inconstitucionalidade das leis baianas nºs 544, de 6-3-53, de 28-11-52 e 506, de 6-3-55)

— Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 166 de 1963 — Dispõe sobre o pagamento em cheque nominal das importâncias, devidas pelos empregadores aos empregados, referentes a indenizações de rescisão de contrato de trabalho, férias e gratificação de Natal instituída pela Lei nº 4.000, de 13 de agosto de 1962.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições são aprovados.

*Pelo Senador Menezes Pimentel:*

— Pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1965 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e a Colonizadora e Madeireira Bandeirante Ltda., como outorgada compradora.

— Pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 1965 — Mantém ato denegatório de registro a contrato de empréstimo, no valor de ..... Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União e o Governo do Estado de Santa Catarina

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições são aprovados.

*Pelo Senador Josaphat Marinho:*

— Favorável com Projeto de Resolução ao Ofício nº 837-P(2) de 1959 — do Presidente do Supremo Tribunal Federal, relativo à declaração de inconstitucionalidade do imposto de exploração agrícola e industrial no Estado de Minas Gerais.

— Favorável com Projeto de Resolução ao Ofício nº 228-P(I) de 1958 — do Supremo Tribunal Federal, relativo à decisão que declarou inconstitucional a taxa de previdência sobre os vencimentos dos magistrados, cobrada pelo Estado de Minas Gerais.

— Pela constitucionalidade e juridicidade do projeto e das emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1964 — Que reconhece a profissão do Sociólogo e dá outras providências.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições são aprovados.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues de Figueiredo, Secretário "ad-hoc", a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente

## COMISSÕES PERMANENTES

## MESA

Presidente	—	Moura Andrade (PSD)
Vice-Presidente	—	Nogueira da Gama (PTB)
1º Secretário	—	Dinarte Mariz (UDN)
2º Secretário	—	Gilberto Marinho (PSD)
3º Secretário	—	Adalberto Sena (PTB)
4º Secretário	—	Cattete Pinheiro (PTN)
1º Suplente	—	Joaquim Parente (UDN)
2º Suplente	—	Guido Mondim (PSD)
3º Suplente	—	Vasconcellos Torres (PTB)
4º Suplente	—	Raul Giuberti (PSP)

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

## PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD) — 22 representantes

- |                                 |   |
|---------------------------------|---|
| 1. José Guimomar — Acre         | 12. Antonio Balbino — Bahia             |
| 2. Lobão da Silveira — Pará     | 13. Jefferson de Aguiar — E. Santo      |
| 3. Eugênio Barros — Maranhão    | 14. Gilberto Marinho — Guanabara        |
| 4. Sebastião Archer — Maranhão  | 15. Moura A. de — São Paulo             |
| 5. Victorino Freire — Maranhão  | 16. Fontana — S. Catarina               |
| 6. Sigefredo Pacheco — Piauí    | 17. Guido Mondim — R.G. Sul             |
| 7. Menezes Pimentel — Ceará     | 18. Benedicto Valladares — Minas Gerais |
| 8. Wilson Gonçalves — Ceará     | 19. Filinto Müller — Mato Grosso        |
| 9. Walfredo Gurgel — R.G. Norte | 20. José Feliciano — Goiás              |
| 10. Ruy Carneiro — Paraíba      | 21. Juscelino Kubitschek — Goiás        |
| 11. José Leite — Sergipe        | 22. Pedro Ludovico — Goiás              |

## PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

- |                                    |                                     |
|------------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Adalberto Sena — Acre           | 9. Barros Carvalho — Pernambuco     |
| 2. Oscar Passos — Acre             | 10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco  |
| 3. Vivaldo Lima — Amazonas         | 11. José Ermirio — Pernambuco       |
| 4. Edmund Levi — Amazonas          | 12. Silvestre Pericles — Alagoas    |
| 5. Arthur Virgílio — Amazonas      | 13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro |
| 6. Antônio Jucá — Ceará            | 14. Nelson Maculan — Paraná         |
| 7. Dix Hult Rosado — R.G. Norte    | 15. Mello Braga — Paraná            |
| 8. Argemiro de Figueiredo, Paraíba | 16. Nogueira da Gama — M. Gerais    |
|                                    | 17. Bezerra Neto — Mato Grosso      |

## UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

- |                                  |                                     |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Zacharias de Assumpção — Pará | 9. Afonso Arino — Guanabara         |
| 2. Joaquim Parente — Piauí       | 10. Padre Calazans — São Paulo      |
| 3. José Cândido — Piauí          | 11. Adolpho Franco — Paraná         |
| 4. Dinarte Mariz — R.G. Norte    | 12. Irineu Bornhausen — S. Catarina |
| 5. João Agripino — Paraíba       | 13. Antônio Carlos — S. Catarina    |
| 6. Ruy Palmeira — Alagoas        | 14. Daniel Krieger — R.G. Sul       |
| 7. Heribaldo Vieira — Sergipe    | 15. Milton Campos — Minas Gerais    |
| 8. Eurico Rezende — E. Santo     | 16. Lopes da Costa — Mato Grosso    |

## PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

## PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

## PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

## PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Viana — Guanabara

## MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

## PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

## PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Melo — Alagoas

## SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

## RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Sem legenda	69
	69

## BLOCOS PARTIDÁRIOS

## BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

PSP	2	Senadores
PTN	2	Senadores
PSB	1	Senador
PR	1	Senador
MTR	1	Senador
PDC	1	Senador
Sem legenda	2	Senadores

## LIDERANÇAS

Líder do Governo	Vice-Líder
Daniel Krieger (UDN)	Mem de Sá

## BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder	Josaphat Marinho (sem legenda)
Lino de Mattos (PTN)	Aarão Steinbruch (MTR)
Vice-Líderes	Miguel Couto (PSP)
Aurélio Viana (PSB)	Arnon de Melo (PDC)
Júlio Leite (PR)	Dilton Costa (PR)

## II PARTIDOS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD)	PARTIDO LIBERTADOR (PL)
Líder	Líder
Filinto Müller	Mem de Sá
Vice-Líderes	Vice-Líder
Wilson Gonçalves	Aloysio de Carvalho
Sigefredo Pacheco	PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA
Walfredo Gurgel	Líder
Victorino Freire	Miguel Couto
	Vice-Líder
	Raul Giuberti
PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)
Líder	Líder
Barros Carvalho	Lino de Mattos
Vice-Líderes	Vice-Líder
Bezerra Neto	Cattete Pinheiro
Oscar Passos	III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE
Antônio Jucá	MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)
Edmundo Levi	representante
	Aarão Steinbruch
UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)	PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)
Líder	Arnon de Melo
Daniel Krieger	PARTIDO REPUBLICANO (PR)
Vice-Líderes	Representante
Eurico Rezende	Júlio Leite
Adolpho Franco	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)
Padre Calazans	Representante
Heribaldo Vieira	Aurélio Viana

## AGRICULTURA

Presidente: José Ermirio  
Vice-Presidente: Eugênio Barros

TITULARES	PSD	SUPLENTE
Eugênio Barros		1. José Leite
José Feliciano		2. Atílio Fontana
José Ermirio	PTB	1. Dix-Hult Rosado
Nelson Maculan		2. Antônio Jucá
Lopes da Costa	UDN	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos		2. João Agripino
Dylton Costa	BPI	1. Aurélio Viana

Secretário: J. Ney Passos Dantas  
Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas

## CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Afonso Arinos  
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES	PSD	SUPLENTE
Jefferson de Aguiar		1. Menezes Pimentel
Antônio Balbino		2. José Feliciano
Wilson Gonçalves		3. Filinto Müller
Ruy Carneiro		4. Benedicto Valladares

Edmundo Levi  
Benezer Neto  
Arthur Virgílio

1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

## UDN

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
2. João Agripino

## BPI

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas

## DISTRITO FEDERAL

Presidente: Aurélio Vianna

Vice-Presidente: Pedro Ludovico

## PSD

## TITULARES

Pedro Ludovico  
Walfredo Gurgel

## SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Benedito Valladares

## PTB

Arthur Virgílio  
Mello Braga

1. Bezerra Neto
2. Antônio Jucá

## UDN

Eurico Rezende  
Heribaldo Vieira

1. Zacarias de Assumpção
2. Lopes da Costa

## BPI

1. Lino de Mattos

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

## ECONOMIA

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: José Ermírio

## PSD

## TITULARES

Atílio Fontana  
José Feliciano  
José Leite

## SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

## PTB

José Ermírio  
Nelson Maculan

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

## UDN

Adolpho Franco  
Lopes da Costa  
Irineu Bornhausen

1. Zacharias de Assunção
2. José Cândido
3. Mem de Sá

## BPI

Miguel Couto

1. Aurélio Vianna

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16.30 horas.

## EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Padre Calazans

## PSD

## TITULARES

Menezes Pimentel  
Walfredo Gurgel

## SUPLENTE

1. Benedito Valladares
2. Sigefredo Pacheco

## PTB

Antônio Jucá  
Arthur Virgílio

1. Edmundo Levi
2. Mello Braga

## UDN

Padre Calazans  
Mem de Sá

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

## BPI

Arnon de Mello

1. Josaphat Marinho

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 15.30 h

## FINANÇAS

Presidente: Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Irineu Bornhausen

## TITULARES

Victorino Freire  
Lobão da Silveira  
Sigefredo Pacheco  
Wilson Gonçalves  
Walfredo Gurgel

Argemiro Figueiredo  
Bezerra Neto  
Pessoa de Queiroz  
Antônio Jucá

Faria Tavares  
Irineu Bornhausen  
Eurico Rezende

## PSD

## SUPLENTE

1. Atílio Fontana
2. José Guimard
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

## PTB

1. José Ermírio
2. Edmundo Levi
3. Mello Braga
4. Oscar Passos

## UDN

1. João Agripino
2. Adolpho Franco
3. Daniel Krieger

## PL

1. Aloysio de Carvalho

## BPI

1. Josaphat Marinho
2. Miguel Couto

Secretário: Hugo Rodrigues de Figueiredo  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas.

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Nelson Maculan

## PSD

## SUPLENTE

## TITULARES

José Feliciano  
Atílio Fontana

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

## PTB

Nelson Maculan  
Barros Carvalho

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

## UDN

Adolpho Franco  
Irineu Bornhausen

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

## BPI

Dilton Costa

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feira às 16.30 horas

## LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente: Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Walfredo Gurgel

## PSD

## SUPLENTE

## TITULARES

Ruy Carneiro  
Walfredo Gurgel  
Atílio Fontana  
Eugênio Barros

1. José Guimard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

## PTB

Vivaldo Lima  
Edmundo Levi

1. Antônio Jucá
2. Pessoa de Queiroz

## UDN

Eurico Rezende  
Herivaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Zacharias de Assunção

## BPI

Aarão Steinbruch

1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio I. Carneiro Leal

Secretário Cláudio I. Carneiro Leal

## MINAS E ENERGIA

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: José Ermírio

## PSD

## SUPLENTE

## TITULARES

Benedito Valladares  
Jefferson de Aguiar

1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller

## PTB

José Ermírio  
Argemiro Figueiredo

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá

## UDN

João Agripino  
Faria Tavares

1. José Cândido
2. Afonso Arinos

## BPI

Josaphat Marinho

1. Arnon de Mello

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 14.30 hs.

## POLIGONO DAS SÉCAS

Presidente: Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

## PSD

## TITULARES

Ruy Carneiro  
Sebastião Archer

## SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco
2. José Leite

## PTB

Argemiro Figueiredo  
Dix-Huit Rosado

1. José Ermírio
2. Antônio Jucá

## UDN

João Agripino  
Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

## BPI

Aurélio Vianna

1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal  
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

## PROJETOS DO EXECUTIVO

Presidente: João Agripino

Vice-Presidente: Jefferson de Aguiar

## PSD

## TITULARES

Wilson Gonçalves  
José Guilomard  
Jefferson de Aguiar

## SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
2. José Feliciano
3. Ruy Carneiro

## PTB

José Ermírio  
Bezerra Neto

1. Mello Braga
2. Edmundo Levi

## UDN

João Agripino  
Antônio Carlos

1. Daniel Krieger
2. Adolfo Franco

## BPI

Lino de Matos

1. Aurélio Vianna

## PL

Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

Secretário: José Soares  
Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

## REDAÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado  
Vice-Presidente: Antônio Carlos

## PSD

## TITULARES

Walfredo Gurgel  
Sebastião Archer

## SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

## PTB

Dix-Huit Rosado

1. Edmundo Levi

## UDN

Antônio Carlos

1. Eurico Rezende

## BPI

Josaphat Marinho

1. Dilton Costa

Secretária: Sarah Abrahão  
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

## RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

## PSD

## TITULARES

Benedicto Valladares  
Filinto Müller  
Menezes Pimentel  
José Guilomard

## SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite

## PTB

Pessoa de Queiroz  
Vivaldo Lima  
Oscar Passos

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá
3. Mello Braga

## UDN

Antônio Carlos  
José Cândido  
Rui Palmeira

1. Padre Calazans
2. João Agripino
3. Mem de Sá

## BPI

Aarão Steinbruch

1. Arnon de Mello

Secretário: J. B. Castejon Branco  
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

## SAÚDE

Presidente: Sigefredo Pacheco  
Vice-Presidente: José Cândido

## PSD

## TITULARES

Sigefredo Pacheco  
Pedro Ludovico

## SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros

## PTB

Dix-Huit Rosado

1. Antônio Jucá

## UDN

José Cândido

1. Lopes da Costa

## BPI

Miguel Couto

1. Lino de Matos

Secretário: Alexandre Mello  
Reuniões: Terças-feira, às 16 horas

## SEGURANÇA NACIONAL

Presidente: Zacarias de Assunção  
Vice-Presidente: José Guilomard

## PSD

## TITULARES

José Guilomard  
Victorino Freire

## SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana

## PTB

Oscar Passos  
Silvestre Péricles

1. Dix-Huit Rosado
2. José Ermírio

## UDN

Zacarias de Assunção  
Irineu Bornhausen

1. Adolpho Franco
2. Eurico Rezende

## BPI

Aarão Steinbruch

1. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar  
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

## SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Presidente: Padre Calazans  
Vice-Presidente: Victorino Freire

## PSD

## TITULARES

Sigefredo Pacheco  
Victorino Freire

## SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Filinto Müller

## PTB

Mello Braga  
Silvestre Péricles

1. Antônio Jucá
2. Dix-Huit Rosado

## UDN

Padre Calazans  
Aloysio de Carvalho

1. Antônio Carlos
2. Mem de Sá

## BPI

Aurélio Vianna

2. Miguel Couto

Secretário: J. Ney Passos Dantas  
Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

## TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Presidente: Lopes da Costa  
Vice-Presidente: Mello Braga

## PSD

## TITULARES

Eugênio Barros  
José Leite

## SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. José Guilomard